

## AVISOS

**AVISO 1:** Os certames licitatórios da CAIXA passam a ser exclusivamente por meio eletrônico

Para participação é necessário que o licitante tenha cadastro no Portal Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)), não sendo mais necessário comparecer a uma agência da CAIXA.

Pedimos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)).

**AVISO 2:** Informamos que foi implantada, no Portal de Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)), a ferramenta GUARDA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que consiste em um repositório de arquivos no qual o licitante deverá anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

O repositório visa a otimização dos documentos enviados para o Portal de Licitações CAIXA, assim o licitante não terá mais que realizar individualmente o *upload* dos documentos de habilitação para cada certame que tenham interesse de participar.

O licitante deverá incluir no repositório do cadastro a documentação de habilitação exigida neste edital e alterar quando houver necessidade de atualização. **Contudo, para cada certame o licitante deverá selecionar os documentos de seu repositório e vincular ao certame/item de interesse, de acordo com as disposições estabelecidas no Edital de interesse.**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos;
- ✓ Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas para estimular a adesão a boas práticas sociais, ambientais e climáticas, além da legislação inerente ao tema; no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios;
- ✓ Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;
- ✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa;
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos para a redução e mitigação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos diretos e indiretos em suas atividades de gestão socioambiental;
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;
- ✓ Incentivar a logística inversa e logística reversa;
- ✓ Atuar junto aos fornecedores para induzir a adoção de boas práticas de práticas que visem à mitigação das mudanças climáticas e à segurança hídrica, como a análise dos riscos e oportunidades e a ampliação de conhecimentos e experiências;
- ✓ Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;
- ✓ Incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos

poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;

✓ Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono;

✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social;

✓ Priorizar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;

✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;

✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação;

✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava;

✓ Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

## **NOSSOS VALORES ÉTICOS**

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

### **RESPEITO**

- ✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

### **HONESTIDADE**

- ✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

**COMPROMISSO**

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

**TRANSPARÊNCIA**

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

**RESPONSABILIDADE**

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.

✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Alô CAIXA  
4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)  
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC  
0800 726 0101

Ouvidoria  
0800 725 7474

**EDITAL****CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES - CECOT****LICITAÇÃO CAIXA 325/2024 – CECOT/BR tipo MENOR PREÇO****AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 06/11/2024**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações Brasília – CECOT/BR, representada por Licitador (empregado CAIXA que realiza os procedimentos da Licitação CAIXA), designado mediante portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade **LICITAÇÃO CAIXA**, do tipo **MENOR PREÇO**, cuja sessão pública será realizada via internet com objetivo de contratar empresa(s) para o fornecimento descrito no item 1 abaixo, sendo os procedimentos da licitação e do(s) consequente(s) contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelos Decretos nº 8.538 de 06/10/2015 e nº 11.462 de 31/03/2023, e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, e respectivas alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para esta Licitação CAIXA deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 19/11/2024 - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme **item 3.4** deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** poderão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até às 10:00 horas do dia 21/11/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme item 5.1 deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas, às 10:00 horas do dia 21/11/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta das 14:00 horas até às 14:30 do dia 21/11/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico, conforme item 7.1 deste edital.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta Licitação CAIXA até o dia 12/11/2024, exclusivamente por meio eletrônico, por umas das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR,



selecionar **ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA** ou **ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA** → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a **MODALIDADE** desejada → selecionar o link **IMPUGNAÇÃO** → no certame/item desejado selecionar o link **ENVIAR IMPUGNAÇÃO** → registrar os argumentos e confirmar.

- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “**PESQUISA DE CERTAME**”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “**IMPUGNAÇÃO**” → selecionar o botão “**CADASTRAR IMPUGNAÇÃO**” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “**ENVIAR IMPUGNAÇÃO**”.

A decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 3 dias úteis contados do seu recebimento.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até às 23:59 horas do dia 12/11/2024, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão **ENTRAR** → digitar o CPF → acionar o botão **RECEBER CÓDIGO** → informar o **CÓDIGO** recebido no e-mail → digitar a **SENHA** → acionar o link **LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR**, selecionar **ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA** ou **ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA** → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a **MODALIDADE** desejada → selecionar o link **QUESTIONAMENTO** → no certame/item desejado selecionar o link **ENVIAR QUESTIONAMENTO** → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “**PESQUISA DE CERTAME**”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “**QUESTIONAMENTO**” → selecionar o botão “**CADASTRAR QUESTIONAMENTO**” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “**ENVIAR QUESTIONAMENTO**”.

Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos até 2 dias úteis antes da data da sessão pública.

O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

## **1        DO OBJETO**



- 1.1 Registro de Preços para fornecimento de 200 monitores de tamanho mínimo de 31,5 polegadas e tamanho máximo de 34 polegadas com garantia de 12 meses ou garantia do fabricante, a que for maior, destinadas aos empregados PcD da CAIXA lotados em unidade localizadas em âmbito nacional, tudo em conformidade com as disposições deste Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam, conforme abaixo:

<b>ANEXO I</b>	TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
<b>ANEXO I – A</b>	FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
<b>ANEXO I – B</b>	LOCAIS DE ENTREGA
<b>ANEXO I – C</b>	LOCAIS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA
<b>ANEXO I – D</b>	GRAU DE CRITICIDADE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
<b>ANEXO I – E</b>	HOMOLOGAÇÃO DE AMOSTRA
<b>ANEXO I – F</b>	CADERNO DE HOMOLOGAÇÃO
<b>ANEXO I – G</b>	TERMO APARTADA DE GARANTIA
<b>ANEXO II</b>	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
<b>ANEXO III</b>	MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
<b>ANEXO IV</b>	MINUTA DE CONTRATO
<b>ANEXO V</b>	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE
<b>ANEXO VI</b>	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA
<b>ANEXO VII</b>	DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE
<b>ANEXO VIII</b>	PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS

- 1.1.1 As especificações do objeto, a quantidade total estimada, os locais de entrega e a forma de execução do objeto constam do(s) Anexo(s) deste Edital.

## **2 DA PARTICIPAÇÃO**

- 2.1 Podem participar desta Licitação CAIXA as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

- 2.1.1 A documentação de habilitação deve constar no repositório de documentos que fica no Cadastro do Licitante. As instruções constam do “*Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA ou na área pública do Portal em *FAQ* e *TUTORIAIS*. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um certame.

- 2.1.1.1 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU

CADASTRO na Área Logada do Fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.7.

- 2.1.2 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>.
- 2.1.2.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal e Qualificação Econômico-financeira.
- 2.1.2.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → Aba *Manuais*.
- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses previstas no §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE.
- 2.2.2 A empresa que se enquadra como MPE deve apresentar declaração nos termos do Anexo V, para fins do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006, devendo ser encaminhada na forma do item 8.7.
- 2.3 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e da apresentação de suas propostas.
- 2.4 Não é admitida nesta licitação a participação de empresas:**
  - 2.4.1 Em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.4 deste Edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
  - 2.4.2 Organizadas sob a forma de cooperativas, tendo em vista que pela natureza dos serviços existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a empresa contratada, bem assim de personalidade e habitualidade, e por definição não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados.

- 2.4.3 Que estejam com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso ou impedidas de licitar e contratar com a União, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;
- 2.4.4 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- 2.4.5 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.6 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.7 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.8 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.9 Que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.4.10 Aplica-se a também a vedação prevista no item 2.4:
  - 2.4.10.1 À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
  - 2.4.10.2 A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
    - a) Dirigente da CAIXA;
    - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
    - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
  - 2.4.10.3 Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

**3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 Para participar desta Licitação CAIXA, o interessado deve providenciar o **Cadastro** no Portal de Compras Licitações CAIXA e efetuar o **Credenciamento** neste certame específico, seguindo os passos abaixo.
- 3.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações CAIXA é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.
- 3.1.1.1 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.
- 3.2 O CADASTRO é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acionar o botão ENTRAR → selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o CPF, o NOME COMPLETO, o CELULAR, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.2.1 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão “VINCULAR NOVO CNPJ”, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.3 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da CAIXA.
- 3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA - [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → definir a nova SENHA.

- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.
- 3.6 Para participar desta LICITAÇÃO CAIXA, a interessada deverá providenciar o **CREDENCIAMENTO** ao certame até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar autenticação com *login e senha* acionando o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “*MINHAS ATIVIDADES*” → acionar o link “Credenciamento em Novos Certames” e marcar Comprador “CAIXA”, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “Credenciamento”, selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique, e finalizar o credenciamento clicando em “Concordar”.
- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação nesta Licitação CAIXA.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do item 2.2, a licitante deve selecionar a opção “ME/EPP” na tela “Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica”, constante da opção “Credenciamento”, no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.
- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “Licitações CAIXA” no endereço [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro possibilita a participação em todas as Licitações CAIXA, sendo que a etapa de credenciamento é específica para cada certame, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de uma Licitação CAIXA.
- 3.9 O link “*Credenciamento em novos certames*”, constante no endereço

eletrônico mencionado no item 3.6, permite o acesso a todos certames que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “*Edital*”.

- 3.9.1 Ao clicar em “Credenciar” no certame escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “Edital” e a atividade “Credenciamento” caso ainda esteja no prazo.

#### **4 DO SISTEMA ELETRÔNICO**

- 4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico – Licitações CAIXA, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.

- 4.2 Se o Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do certame, ele será suspenso e retomado somente após a comunicação via *e-mail* aos participantes.

- 4.3 No caso de desconexão apenas do Licitador, no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Licitador, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

- 4.3.1 Quando a desconexão do Licitador persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão da licitação será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.

#### **4.4 Caberá à licitante:**

- 4.4.1 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 4.4.2 Comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk – 4004-0104 - Capitais e Regiões Metropolitanas** ou **0800-104-0104 - Demais localidades**, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

- 4.4.3 Solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.

- 4.4.4 Manter a gestão da documentação de habilitação que ficará anexada no repositório de documentos no CADASTRO DO FORNECEDOR no Portal de Licitações CAIXA.



- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à Licitação CAIXA.

## **5 DA PROPOSTA COMERCIAL**

- 5.1 A Proposta Comercial (Anexo II) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço Eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, no certame/item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “ANEXAR PROPOSTA” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.
- 5.2 A **Proposta Comercial com preço GLOBAL** deve ser anexada em arquivo **ÚNICO**, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods/zip.
- 5.2.1 A **Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** (Anexo II) e corresponde ao **VALOR GLOBAL** que consta da **Proposta Comercial** (Anexo II).
- 5.2.2 O **VALOR** lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
- 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP), números de telefone e *e-mail*;
- 5.3.2 Preço **GLOBAL** para fornecimento de 200 monitores de tamanho mínimo de 31,5 polegadas e tamanho máximo de 34 polegadas com garantia de 12 meses ou garantia do fabricante, o que for maior, destinadas aos empregados PcD da CAIXA lotados em unidade localizadas em âmbito



nacional, de acordo com o modelo de proposta do Anexo II, atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.

- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos;
- 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;
- 5.3.3 Descrição detalhada de cada equipamento ofertado, abrangendo no mínimo, marca, modelo, fabricante, conforme Anexo I – Termo de Referência - Especificações Técnicas;
- 5.3.4 Prazo de garantia dos equipamentos ofertados, não inferior a 12 (doze) meses, contados da data do recebimento provisório da instalação dos equipamentos;
- 5.3.5 Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas.
- 5.3.6 **Declaração do licitante de que:**
- I) se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
  - II) não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.4 e subitens deste Edital.
  - III) cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.
  - IV) o(s) equipamento(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não recondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);
- 5.3.7 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.
- 5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-mail, a confirmação do recebimento.

5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link “**ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO**” → selecionar o certame/item desejado → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta, conforme procedimentos descritos no item 5.1.

5.5.1 Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada.

## **6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.

6.2 Em seguida, o Licitador verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.3 As propostas classificadas pelo Licitador serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme item 7.

6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.

6.4 Encerrada a etapa de lances, o Licitador solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da proposta comercial referida no item 5.3, com os respectivos valores adequados ao preço do lance vencedor, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:

- condições do item 6.5 e subitens e

- compatibilidade entre o preço ofertado e aqueles praticados no mercado, bem como a sua coerência com a execução do objeto desta licitação.

6.4.1 A proposta e a planilha de preços adequadas devem ser encaminhadas no prazo de **120 (cento e vinte) minutos** a contar da solicitação do Licitador por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja

prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → clicar em “ENCAMINHAR PROPOSTA AJUSTADA”, anexar os arquivos e confirmar.

- 6.4.1.1 Encerrada a licitação, o Licitador divulgará no [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) os atos de declaração do vencedor, a homologação do certame, bem como as planilhas com os valores unitários e global estimados pela CAIXA para a presente contratação, com a disponibilização de Ata de Encerramento.

## **6.5 Será desclassificada a proposta que:**

- 6.5.1 Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;
- 6.5.2 Contenha vícios insanáveis;
- 6.5.3 Apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;
- 6.5.4 Apresente preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA;
- 6.5.4.1 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Licitador concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.5 Apresente preços superiores aos valores estimados pela CAIXA;
- 6.5.5.1 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global e unitário, que se apresentem superior ao máximo admitido pela CAIXA, conforme estimativa de custos disponibilizada no quadro de Avisos do Licitações CAIXA, ao final da etapa de Lances.
- 6.5.5.1.1 No caso de não haver lances, serão considerados, para análise dos preços excessivos, os preços constantes na proposta comercial. Caso seja verificado que o(s) preço(s) global e unitário(s) estão acima do máximo admitido pela Caixa, ainda cabe negociação para redução dos valores apresentados.
- 6.5.5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.
- 6.5.6 Apresente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art.3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.

- 6.5.7 Apresente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art.3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.
- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.
- 6.8 No julgamento das propostas, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.8.1 A CAIXA poderá solicitar esclarecimentos adicionais a respeito da proposta, para fiel entendimento do Licitador, que servirão de subsídio ao julgamento, inclusive, no que se refere à apresentação de especificações claras e precisas, com a indicação de marcas, cores, formato, etc., e anexação de catálogos ou croquis ilustrativos para melhor identificação do material cotado, quando for o caso.
- 6.9 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Licitador poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 6.9.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

## **7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO**

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência em [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “EFETUAR LANCES”, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao **PREÇO GLOBAL**.
- 7.1.1 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no próprio sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item 17 deste Edital.

- 7.1.2 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
- 7.2.1 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 7.2.2 No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 7.2.3 Os lances a serem ofertados devem corresponder ao **PREÇO GLOBAL**.
- 7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o recebimento dos lances, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, sendo encerrada a recepção de lances.
- 7.5.1 O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).
- 7.5.2 Por isso, o horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.6 Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do melhor preço.
- 7.7 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.8 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Licitador abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.12.

- 7.9 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
- 7.9.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
- 7.9.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade de o licitante apresentar proposta de preço inferior ao do licitante mais bem classificado que não se enquadra como MPE.
- 7.9.2 O Licitador dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
- 7.9.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Licitador, sob pena de perda do direito de preferência.
- 7.9.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o licitador passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.12, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
- 7.9.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
- 7.9.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 10% (dez por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
- 7.10 No caso de Propostas com valores iguais e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:
- 7.10.1 Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.
- 7.10.2 Permanecendo o empate, será assegurada a preferência para o bem ou serviço, objeto dessa licitação, conforme abaixo:

- I com tecnologia desenvolvida no País;
  - II produzido de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Executivo;
  - III produzido ou prestado por empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - IV produzido ou prestado por empresas brasileiras;
  - V produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - VI produzido ou prestado por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.10.2.1 Para a conferência das ocorrências dos incisos acima, será realizada diligência e conferência do cadastro do licitante para ratificar as informações.
- 7.10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.11 O percentual de redução do preço proposto na fase de lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, deve incidir de **forma linear** sobre os preços unitários propostos na planilha orçamentária apresentada na proposta comercial na forma deste Edital.
- 7.12 Esgotadas as etapas anteriores, o Licitador deverá **negociar** com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) - acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link → “EFETUAR NEGOCIAÇÃO”.
- 7.13 Na etapa de negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.7, a proposta comercial com a descrição detalhada dos custos e com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13.1 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Licitador poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas.



- 7.14 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o Licitador examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

## **8 DOCUMENTAÇÕES NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO**

- 8.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo:

- habilitação jurídica;
- qualificação técnica;
- qualificação econômico-financeira;
- regularidade fiscal federal;
- cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

- 8.1.1 O licitante deverá anexar a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. Na Área Logada do Fornecedor, acesse o link “*VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO*” e selecione o item desejado, acione o botão “*VINCULAR DOCUMENTAÇÃO*”, selecione a documentação correspondente e conclua acionando o botão “*CONFIRMAR*”. A documentação vinculada fica disponível na coluna Documentação, confira e, para confirmar, acione o botão “*CONCLUIR/ENVIAR*”.

- 8.1.2 As instruções também constam do “*MANUAL DO FORNECEDOR GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)) ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de uma licitação da CAIXA.

- 8.1.3 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista, caso exigida:

**Nível I** – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

**Nível II** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica;

**Nível III** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal em âmbito federal e trabalhista;

**Nível V** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

**Nível VI** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, em relação à Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial e à comprovação de boa situação financeira da proponente.

- 8.1.3.1 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação do licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.1.3.2 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese de aquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.7.
- 8.1.3.3 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta 'on line' no SICAF, opção "Situação do Fornecedor", depois de verificada a aceitabilidade da proposta.
- 8.1.3.4 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

## **8.2 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:**

- 8.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.2.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.2.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.2.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**8.3      A documentação relativa à regularidade fiscal federal consistirá em:**

- 8.3.1      Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.3.2      Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.
- 8.3.3      Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.3.4      A MPE que se declarar como tal, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
- 8.3.4.1    Na situação supra, será assegurado à MPE declarada vencedora, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, para comprovar a sua regularidade fiscal.

**8.4      A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:**

- 8.4.1      Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 8.4.2      Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Passivo Circulante**

8.4.2.1 O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices, a partir das informações do balanço patrimonial do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.

8.4.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a R\$ 29.988,00 (vinte e nove mil, novecentos e oitenta e oito reais).

8.4.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

Patrimônio Líquido = Ativo Total – Passivo Total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

8.4.3.1.1 Para o licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço da empresa, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei.

8.4.3.4 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.

8.4.3.5 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:

8.4.3.5.1 Publicado em Diário Oficial; ou

8.4.3.5.2 Publicado em jornal, ou

8.4.3.5.3 Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou

8.4.3.5.4 Por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

8.4.3.5.5 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de

22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.

8.4.3.5.5.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.4.3.5.5 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.

8.4.4 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.

8.4.6 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**8.5 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

8.5.1 Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que, somados ou não, comprove(m) ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

8.5.2.1 Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m) o fornecimento de produto similar e em quantitativo no mínimo igual a 20%(vinte por cento) equivalente a 40 (quarenta) Unidades do total solicitado nesta contratação, bem como da prestação dos serviços de garantia ou manutenção pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

8.5.1.2.1 Serão considerados os atestados / certidões / declarações que comprovem o fornecimento/prestação dos serviços venda e suporte de monitores e/ou computadores desktop que somados ou não entre si, alcancem o total solicitado.

8.5.2 O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) deve(m) ser apresentado (s) contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.

8.5.3 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser apresentados, inicialmente, com tradução livre.

8.5.3.1 Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação escritos em língua estrangeira devem ser entregues acompanhados da tradução

para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

- 8.5.3.1.1 Quando os documentos forem de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.3.2 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016.
- 8.5.4 Não são considerados válidos para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato.
- 8.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 8.6.1 Tal declaração deverá ser firmada eletronicamente pelo licitante por meio de aceite do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento, na forma do item 3.4.
- 8.7 Encerrada a etapa de negociação, a documentação relacionada no item 8.7.1 ou 8.7.2 deverá ser encaminhada pelo Portal Licitações CAIXA, no prazo de até 4 (quatro) horas, a contar da solicitação do Licitador.
- 8.7.1 Para licitante credenciado e cadastrado em cada nível do SICAF:
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
  - b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
  - c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
  - d) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Social, ambiental e climática (Anexo VI).
- 8.7.2 Para licitante NÃO credenciado e NÃO cadastrado em cada nível do SICAF:
- a) Documentação relativa à Habilitação jurídica;
  - b) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;

- c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
- d) Documentação relativa à regularidade fiscal federal;
- e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
- g) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
- h) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Social, ambiental e climática (Anexo VI).

- 8.7.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados após abertura do prazo definido no item 8.7, que será comunicado via sistema na Área Logada do Fornecedor, em “**NOTIFICAÇÕES**”. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, localizado na Área Logada do Fornecedor.
- 8.7.3.1 A documentação vinculada fica disponível na coluna “**DOCUMENTAÇÃO**”. Após vincular toda a documentação exigida, confira e acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.
- 8.7.4 As certidões apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.7.5 O Licitador, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), uma única vez, que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.
- 8.8 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Anexo VII - **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE** assinado.
- 8.8.1 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.
- 8.8.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 22.15 ou por assinatura física.
- 8.8.2.1 Em caso de dúvidas quanto a sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigí-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.



- 8.8.3 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da CECOT – SBS Quadra 01, Lote 28, Bloco L, Edifício Matriz III, 7º Andar, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70.070-110, no prazo de até 3 (três) dias úteis, após a solicitação do licitador.

## **9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

- 9.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Licitador verificará, caso o licitante vencedor seja MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.8, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.
- 9.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.
- 9.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br). Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.3 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.14.
- 9.2 O Licitador efetuará a consulta “online” ao SICAF, para verificação da situação do licitante credenciado e cadastrado em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa a Declaração de “Situação do Fornecedor”.
- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.7.
- 9.3 É assegurado ao licitante o envio de documentos complementares destinados a atualizar a validade daqueles com prazo expirado, ou para fins de confirmação de informações, conforme item 8.7.3.
- 9.3.1 O prazo para envio da documentação complementar será 2 (duas) horas, a contar da solicitação pelo Licitador por meio do sistema.
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária

regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do Licitador.

- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório e somente será confirmada após a verificação da regularidade fiscal
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, além do SICAF, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo - [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br);
  - ao CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br), em “Sistemas e Serviços” → “Cadastro Improbidade Administrativa” → “Consultar Requerido / Condenação: Retorna os requeridos cadastrados nos sistema, podendo-se detalhar as suas respectivas condenações”, selecionar esfera “*Todos(as)*”;
  - SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.
- 9.6 **Não será habilitada a empresa que:**
- 9.6.1 Esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 9.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do item 9.4;
- 9.6.2 Não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.

- 9.6.3 Esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou esteja impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;
- 9.6.4 Deixe de apresentar a documentação solicitada, apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;
- 9.6.5 Enquadre-se em uma das situações previstas no item 2.4 deste edital.
- 9.7 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.6, será inabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação dos demais proponentes, na ordem de classificação, sucessivamente até que um licitante atenda plenamente às exigências do edital.
- 9.8 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 9.9 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, oportunidade em que os demais licitantes serão questionados, via Portal Licitações CAIXA – Área Logada do Fornecedor, em link específico do sistema – “Manifestar Interesse Cadastro Reserva”, sobre o seu interesse em igualar seu(s) preço(s) ao do mais bem classificado, para ser incluído no Cadastro Reserva, a manifestação deve ocorrer dentro da vigência do prazo estabelecido no agendamento de até 24hrs, findo o qual não será mais conhecida a manifestação de interesse.
- 9.9.1 Os licitantes com propostas classificadas serão comunicados do agendamento do prazo para manifestação de interesse, via Notificação Recebidas, funcionalidade disponível na Área Logada do Fornecedor.
- 9.9.2 Concomitantemente, no ato da manifestação, aqueles que manifestarem interesse, devem anexar a proposta comercial com o preço devidamente ajustado ao valor ofertado e negociado pelo licitante mais bem classificado.
- 9.9.3 Os licitantes que manifestarem interesse em igualar o preço ao do licitante vencedor irão compor o anexo da Ata de Registro de Preços, em caráter de reserva, respeitada a ordem de classificação da Licitação CAIXA.
- 9.9.4 O não envio da nova proposta solicitada pelo Licitador na forma do item 9.10.2 impossibilitará o licitante de compor o cadastro reserva da Ata de Registro de Preços.

- 9.9.5 O licitante cujo preço estiver registrado em caráter de reserva somente será convocado para fornecer e/ou prestar serviço no caso de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada na ordem constante da Ata, ou no caso de liberação do compromisso assumido prevista no § 1º do art. 26 do Decreto 11.462/23, sempre obedecida a ordem de classificação constante da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.5.1 Somente após a ocorrência de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada e com a convocação da empresa reserva serão efetuados os procedimentos relativos à habilitação desta empresa, constantes dos itens 8 e 9 do edital.
- 9.9.6 Os procedimentos constantes do item 10, referentes à solicitação e avaliação da amostra/protótipo da empresa que compõe o cadastro reserva e que eventualmente for convocada também somente ocorrerá no momento oportuno da convocação.
- 9.9.7 A apresentação de novas propostas na forma do item 9.9.2 não prejudicará em hipótese nenhuma o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

## **10 DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA**

- 10.1 Quando solicitado, o licitante deverá apresentar, sem ônus para a CAIXA, 2 (duas) amostras do equipamento ofertado, para homologação pela CAIXA, as quais deverão estar rigorosamente de acordo com as especificações técnicas do Edital.
- 10.2 A entrega das amostras deverá ocorrer nos locais indicados abaixo e o prazo será de 10 (dez) dias úteis contados da data de formalização pela CAIXA.
- 01 (uma) amostra do monitor, entregar na:  
  
SUART – Superintendência de Arquitetura de TI – SETOR DE  
AUTARQUIAS SUL QUADRA 3 BLC E 13 ANDAR - ALA SUL - MZ II,  
ASA SUL – CEP: 70.070-030.
  - 01 (uma) amostra do monitor, entregar na:  
  
CEAUS – CN Atendimento Usuários de TI  
SEPN 512 CJT C LT 9/10 TERREO, ASA NORTE  
CEP: 70760-500.
- 10.3 A CAIXA utilizará a(s) amostra(s) apresentada(s) para avaliação de suas especificações com as exigências deste Edital, bem como para confronto de sua qualidade com a dos materiais que vierem a ser fornecidos futuramente, sendo admissíveis eventuais estragos no material, oriundos

da análise, não cabendo à proponente qualquer valor a título de ressarcimento.

- 10.4 As amostras devem ser identificadas com o nome do fornecedor e demais informações referentes à licitação, e entregues aos cuidados do(s) empregado(s) indicado(s) pela CAIXA.
- 10.5 A licitante terá 3 tentativas para demonstrar os requisitos técnicos, em casos que houver falha na evidência a ser detalhada, na mesma sessão de homologação.
- 10.6 A amostra que for submetida à análise será devolvida no estado em que se encontrar sem ônus para a CAIXA
- 10.7 A declaração do vencedor ficará condicionada à aprovação das amostras.
- 10.8 O licitante que não entregar a(s) amostra(s), ou entregar fora do prazo estabelecido neste Edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, conforme item 17 deste edital.
- 10.9 Durante a vigência do contrato, a CAIXA se reserva o direito de fazer avaliações do material fornecido, a fim de verificar a conformidade destes, sem ônus à contratada.
- 10.10 Essas avaliações serão realizadas com a mesma metodologia utilizada para análise das amostras.
- 10.11 O licitante que se submeter à fase de amostra deve anexar no Portal de Licitações CAIXA o documento comprobatório da entrega da amostra.
- 10.12 As regras específicas da apresentação e julgamento das amostras estão nos Anexo I – E - HOMOLOGAÇÃO DE AMOSTRA e Anexo I - F – CADERNO DE HOMOLOGAÇÃO.
- 10.13 É facultado aos participantes o acompanhamento da avaliação feita pela CAIXA, devendo os interessados realizarem a requisição formal pelo e-mail [cecot29@caixa.gov.br](mailto:cecot29@caixa.gov.br).
- 10.14 A apresentação da amostra será exigida apenas do licitante declarado vencedor na etapa de lances da licitação e habilitado.
- 10.15 Caso alguma especificação enumerada no Anexo I - F – CADERNO DE HOMOLOGAÇÃO não seja plenamente atendido nesta fase de amostra será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação da correção
- 10.16 Apenas na hipótese de o licitante mais bem classificado não cumprir os requisitos da especificação técnica é que se convocarão os licitantes

remanescentes na ordem de classificação, até encontrar o licitante que esteja habilitado e apresente amostra em conformidade com todas as especificações contidas no Edital.

- 10.17 O licitante que se submeter à fase de amostra deve anexar no Portal de Licitações CAIXA o documento comprobatório da entrega da amostra.
- 10.18 A fase de amostra poderá ser dispensada caso o bem já tenha sido homologado pela CAIXA e as especificações do objeto sejam idênticas as da presente licitação.

## **11 DOS RECURSOS**

- 11.1 Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(s) desta LICITAÇÃO CAIXA, será disponibilizado interregno de tempo para o licitante interessado se manifestar, motivadamente, sobre a intenção de recorrer contra o resultado do certame, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) – acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “INTENÇÃO DE RECURSO” → selecionar o botão “INCLUIR INTENÇÃO DE RECURSO” → inserir a descrição argumentos → clicar em “ENVIAR”, no prazo de até 30 (trinta) minutos, a partir da comunicação pelo sistema.
- 11.1.1 A recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar Razões de Recurso, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 11.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 11.1.
- 11.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelos licitantes deverão ser registrados em campo específico do <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link desejado RECURSO e/ou “CONTRARRAZÃO”, registrar os argumentos e confirmar.
- 11.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 11.1.1, importará a decadência do direito de recurso ficando o Licitador autorizado a declarar o licitante como vencedor da licitação.



- 11.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 11.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o resultado da licitação será submetido para homologação da autoridade competente.
- 11.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

## **12 DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA**

- 12.1 À vista do relatório do Licitador, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 12.2 Após a homologação do resultado da licitação o licitante classificado em primeiro lugar terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela CAIXA, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra o presente Edital (Anexo IV), podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela CAIXA.
- 12.2.1 Em situações excepcionais e a critério da CAIXA, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pelo fornecedor convocado.
- 12.3 A recusa injustificada do primeiro classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, além de implicar a perda do direito ao registro de seu preço, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se o licitante às penalidades previstas no item 17 deste Edital.
- 12.4 Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal federal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 12.5 Após a assinatura da Ata do Registro de Preços, o extrato será publicado no Diário Oficial da União, contendo o(s) fornecedor(es) e o(s) preço(s) registrado(s), sendo que, a partir de então, poderão ser firmados os instrumentos contratuais, desde que no prazo de validade da Ata.



- 12.5.1 A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumprido o requisito de publicidade.
- 12.6 A contratação formalizar-se-á mediante assinatura de instrumento particular pelo fornecedor mais bem classificado, observadas as cláusulas e condições deste edital, da Ata de Registro de Preços, e da proposta vencedora, conforme minuta de Contrato que integra este Edital (respectivamente, Anexos III e IV).
- 12.7 Fica impedida de ser contratada o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas no item 2.4.
- 12.8 A empresa com preço registrado que não for cadastrada no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis I, II, III e VI, como condição para assinatura do contrato.
- 12.9 No ato da assinatura da Ata, o licitante vencedor firmará a declaração de vedação ao nepotismo (Anexo III).
- 12.10 Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexada ao final da minuta da Ata (Anexo III).
- 12.11 O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da convocação pela CAIXA, para assinar o Contrato, conforme o caso, e devolvê-lo.
- 12.11.1 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor, por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA.
- 12.11.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preço podem ocorrer várias solicitações de execução do objeto, inclusive simultâneas.
- 12.12 Se o fornecedor primeiro colocado com preço registrado se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis, poderão ser convocados os fornecedores que compõem o cadastro reserva, obedecida a ordem de classificação na Ata.
- 12.12.1 O fornecedor que compõe o cadastro reserva será convocado nos moldes do item 9.9.5, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

### **13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 13.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.
- 13.1.1 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.
- 13.1.2 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.
- 13.2 A Ata de Registro de Preços não obriga a CAIXA a firmar contratações nas quantidades registradas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, não cabendo direito a indenização.
- 13.3 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas hipóteses previstas na minuta da Ata de Registro de Preços.

## **14 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

- 14.1 A Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes a serem firmados, cujas minutas (Anexo III e IV) integram o presente Edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

## **15 DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 15.1 A CAIXA, após o fornecimento e exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços (Anexo III) e no Contrato (Anexo IV).

## **16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 16.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução,

garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I) multa;
  - II) suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 16.1.1 No caso de não atendimento à convocação da CAIXA para assinatura dos Contratos o FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento sem atendimento, objeto do Contrato não assinado, podendo a CAIXA cancelar o registro do Fornecedor.
- 16.1.2 As multas serão aplicadas nas situações, condições e percentuais indicados na minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO III).
- 16.1.3 O FORNECEDOR ficará sujeito a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas na Ata de Registro de Preços (ANEXO III).
- 16.1.4 As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.
- 16.2 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- I) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - II) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - III) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
  - IV) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
  - V) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - VI) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
  - VII) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
  - VIII) Não mantiver a proposta;
  - IX) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - X) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- 16.3 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de

Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e devidamente publicados para manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

- 16.4 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.
- 16.5 A falta de quaisquer materiais ou insumos cujo fornecimento incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

## **17 DOS ILÍCITOS PENAIS**

- 17.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

## **18 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 18.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista na rubrica orçamentária 3103-0L1 “Equipamentos de Processamento de Dados”.

## **19 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO**

- 19.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 19.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual, e em decorrência dessa anulação os licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

## **20 DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA**

- 20.1 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por sucessivos períodos nos

limites definidos na Lei nº 13.303/2016.

20.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

20.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do FORNECEDOR:

I) O FORNECEDOR será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções administrativas;

II) A CAIXA poderá optar pela extinção do contrato.

## **21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

21.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.

21.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.

21.3 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.

21.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

21.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.

21.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

21.7 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT, em Brasília.

21.8 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

21.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da licitação.

21.10 No caso de retificação do Edital que não implique sua republicação, o credenciamento e propostas porventura encaminhadas continuam válidos.

- 21.10.1 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).
- 21.11 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os licitantes, no endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 21.12 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no endereço [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 21.13 Não é admitida a subcontratação para o objeto desta licitação.
- 21.14 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

## **22 DO FORO**

- 22.1 Para dirimir as questões oriundas desta licitação e dos futuros contratos será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Distrito Federal, na cidade de Brasília.

Brasília, 06 de novembro de 2024.

Sônia Souza da Rocha  
Licitadora

## ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA****Especificações Técnicas****1. OBJETO**

Contratação por meio de ata de registro de preços para o fornecimento de monitores de no mínimo 31,5 polegadas e máximo de 34 polegadas em Unidades CAIXA, localizadas em âmbito Nacional e garantia de 12 meses ou do fabricante, o que for maior, conforme termos e prazos estabelecidos neste documento e anexos, que o integram e complementam.

Objeto	Descrição dos componentes	Quantidade
Fornecimento de monitores de no mínimo 31,5 polegadas e no máximo de 34 polegadas	Monitores de no mínimo 31,5 polegadas e máximo de 34 polegadas	200
	<b>TOTAL</b>	<b>200</b>

- 1.1. Modelo de contratação: Ata de registro de preço
- 1.2. Vigência do contrato: 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.
- 1.3. A garantia do fabricante deverá ser iniciada na data de recebimento do item pela CAIXA.
- 1.4. A CONTRATADA deve entregar os monitores e seus periféricos embalados, novos e sem uso.

**2. ESPECIFICAÇÕES GERAIS**

- 2.1. Todos os equipamentos e componentes internos do produto devem ser novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estarão fora de linha de fabricação, pelo menos, nos próximos 180 dias a partir da assinatura do contrato.
- 2.2. Deverá ser apresentado a marca e o modelo do produto, bem como a disponibilização de manuais de uso e de características técnicas, de forma a comprovar de forma inequívoca que o equipamento cumpre todos os requisitos desta especificação técnica.



- 2.3. As especificações técnicas devem ser comprovadas por meio de publicações técnicas específicas, manuais ou prospectos do fabricante.
- 2.4. Essas são especificações mínimas, de forma que poderá ser ofertado equipamento com configurações superiores.
- 2.5. Possuir todos os drivers e demais acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento;
- 2.6. Ser da cor Preta

### **3. TELA**

- 3.1. Possuir Tela em LED com razão de aspecto 16:9,
- 3.2. Possuir, no mínimo, 31,5 polegadas e no máximo 34 polegadas de diagonal visível;
- 3.3. Tempo de resposta máximo de 5,0ms Gtg (Gray to gray);
- 3.4. Brilho com, no mínimo, 220cd/m<sup>2</sup>;
- 3.5. Contraste de, no mínimo, 500:1;
- 3.6. Resolução Full HD de 1920 x 1080 pixels e intermediárias;
- 3.7. Possuir ângulos de visão de, no mínimo, 178º na horizontal e 178º na vertical;
- 3.8. Possuir tratamento de tela antirreflexivo;

### **4. BOTOES E CONEXÕES**

- 4.1. Possuir botão liga/desliga;
- 4.2. Permitir que o ajuste para brilho e contraste seja por meio de botão de autoajuste e manualmente;
- 4.3. A fonte de alimentação deve ser bivolt e suportar tensões de entrada nas faixas de 100V a 240V, com chaveamento automático;
- 4.4. Deverá ser fornecido o cabo de energia com padrão de tomada brasileiro (tipo "N" de 3 pinos, conforme NBR14136.
- 4.5. Possuir conexão HDMI e Displayport;
- 4.6. Deverá ser fornecido o cabo HDMI;
- 4.7. Deverá ser fornecido o cabo Displayport;
- 4.8. Deverá ser fornecido os cabos ou adaptadores para cada uma das conexões a mais disponíveis no monitor (exemplo: se monitor com saída UBS-C, além das saídas obrigatórias HDMI e Displayport, deve-se fornecer cabo de conexão desde modelo, ou adaptador).

### **5. FURAÇÕES**

- 5.1. Permitir a retirada do pedestal (base) para uso do monitor no braço do mobiliário;
- 5.2. Deverá possuir furação VESA 100mm x100mm;
- 5.3. Possuir orifício para fixação de cadeado do tipo Kensington;
- 5.4. Deverá ser fornecido o cadeado do tipo Kensington ou semelhante com cabo de, no mínimo, 1,8 metros para afixar o monitor à mesa.

## **6. CERTIFICAÇÕES**

- 6.1. Interferência e Compatibilidade Eletromagnética: FCC Classe B e CE ou IEC 61000 ou CISPR22;
- 6.2. Eficiência Energética: Energy Star 6.0 ou superior ou Equivalente na Portaria 170/2012 do INMETRO;
- 6.3. Sustentabilidade Ambiental: RoHS ou EPEAT Silver ou superior ou Rótulo Ecológico ABNT.

## **7. DOCUMENTAÇÃO**

- 8. A CONTRATADA deve fornecer a documentação de todos os itens disponibilizados, bem como os respectivos contextos de uso e formas de acesso.
- 8.1. Possuir guia prático sobre como utilizar as funcionalidades do equipamento, preferencialmente com tour guiado e vídeos, em idioma português do Brasil.

## **9. GARANTIA**

- 9.1. Deve oferecer garantia de 12 meses ou do fabricante, a que for maior.

**ANEXO I – A****FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO****1 OBJETO**

1.1 Ata de Registro de Preços para o fornecimento de monitores de no mínimo 31,5 polegadas e máximo de 34 polegadas em Unidades CAIXA localizadas em âmbito Nacional.

1.2. ITENS E ESTIMATIVA DE VOLUMETRIA:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	
Monitor de Vídeo de tamanho mínimo de 31,5 polegadas e tamanho máximo de 34 polegadas	200	

**2. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.

**3 PRAZO DE VIGÊNCIA DOS CONTRATOS ORIGINÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 O contrato originário da Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses ou vigência equivalente ao período da garantia do fabricante, prevalecendo aquele que for maior.

**4 PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA DOS ITENS**

4.1 O prazo máximo de entrega do monitor que compõe esta Ata de Registro de Preços será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da formalização da necessidade pela CAIXA junto à CONTRATADA.

4.2 Os itens poderão ser entregues nas Centralizadoras Regionais de Serviços aos Usuários de TI relacionadas no ANEXO I – B – LOCAIS DE ENTREGA.

4.2.1 A CAIXA se reserva ao direito de alterar os locais de entrega dos itens de acordo com sua necessidade.

- 4.2.2 Qualquer mudança no local de entrega dos itens, que venha a implicar em alteração de endereço, será comunicada previamente à CONTRATADA.

## **5 DO PROCEDIMENTO DE ENTREGA DOS ITENS**

- 5.1 A CAIXA formalizará à CONTRATADA a quantidade de itens que deverão ser fornecidos.

### **5.2 Os monitores deverão ser entregues conforme abaixo:**

#### **Nas Centralizadoras Regionais de Serviços aos Usuários de TI – CIAUS:**

<b>DESCRIÇÃO</b>
Monitor de Vídeo de tamanho mínimo de 31,5 polegadas e tamanho máximo de 34 polegadas

- 5.3 A CAIXA informará a CONTRATADA e as Centralizadoras Regionais de Serviços aos Usuários de TI que receberão os itens, dentre aquelas relacionadas no ANEXO I – B – LOCAIS DE ENTREGA.
- 5.3.1. A CAIXA se reserva ao direito de alterar os locais de entrega dos itens de acordo com sua necessidade.
- 5.3.2. Qualquer mudança no local de entrega dos equipamentos, que venha a implicar em alteração de endereço, será comunicada previamente à CONTRATADA.
- 5.4 A CONTRATADA deverá informar à(s) Centralizadora(s) Regional(is) de Serviços aos Usuários de TI destinatária(s) dos monitores, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista de envio, a quantidade, o modelo e o número de série (se houver) dos itens que serão entregues.
- 5.5 A CONTRATADA deverá informar à(s) Centralizadora(s) Regional(is) de Serviços aos Usuários de TI destinatária(s) dos monitores a data do efetivo envio, a quantidade, o modelo e o número de série (se houver), além de informações relativas ao transporte, o que inclui a data prevista de entrega.
- 5.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar à(s) Centralizadora(s) Regional(is) de Serviços de Usuários de TI destinatária(s) dos monitores a Nota Fiscal de Remessa contendo os dados dos itens, a quantidade, a marca, o modelo e o número de série (se houver) para assinatura do empregado CAIXA responsável pelo recebimento.
- 5.7 A CONTRATADA deverá disponibilizar à(s) Centralizadora(s) Regional(is) de Serviços aos Usuários de TI destinatária(s) dos monitores documentação técnica

a eles relativas (manuais de operação e manutenção, dentre outros), além de documentação relacionada ao prazo de garantia para execução de serviços relacionados a defeitos de fabricação e de funcionamento.

- 5.8 Eventuais danos ocorridos durante o transporte e entrega dos monitores serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.9 A entrega dos monitores deverá ocorrer em horário comercial, em remessa única, dentre os endereços relacionados no ANEXO I – B – LOCAIS DE ENTREGA.
- 5.10 O(s) monitor(es) pode(rão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas constantes no ANEXO I – Termo de Referência - Especificações Técnicas, devendo ser(em) substituído(s) pela CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação pela CAIXA, sob pena de incidência de multa.
- 5.10.1 A substituição do(s) monitor(es) rejeitado(s) ocorrerá(ão) às expensas da CONTRATADA.

## **6 DA GARANTIA DOS ITENS E MANUTENÇÃO**

- 6.1 Os monitores deverão ser regidos pela garantia contratual 12 (doze) meses quando entregues nas Centralizadoras Regionais de Serviços aos Usuários de TI – CIAUS, ou pela garantia do fabricante, prevalecendo a garantia que for maior:
  - 6.1.2 **A garantia contratual é complementar à garantia legal.**
  - 6.1.3 Os serviços técnicos relacionados à garantia deverão assegurar o pleno funcionamento dos monitores durante toda a vigência do período de garantia.
- 6.2 A garantia terá início quando da entrega/atesto dos monitores nas CIAUS, conforme definido no item 5 desta Forma de Execução do Contrato.
- 6.3 A garantia dos monitores consiste na manutenção, na substituição de peças, componentes originais que se apresente defeituoso no período de 12 (doze) meses contados a partir do aceite.
- 6.4 A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para realização da manutenção, sob pena de incidência de multa.
- 6.5 O início da contagem do prazo para realização da manutenção observará as regras constantes nos itens 8.3, 8.4 e 8.5 desta Forma de Execução do Contrato.
- 6.6 A garantia dos monitores também consiste no dever da CONTRATADA em substituir o(s) monitores que apresente(m) defeito de fabricação ou mau

funcionamento no **prazo de 15 (quinze) dias corridos**, contados da identificação do problema, em todo o período da garantia, sob pena de incidência de multa.

- 6.7 Em caso de substituição do(s) monitor(es) defeituoso(s), a CONTRATADA deverá fornecer monitor(es) do mesmo fabricante e possuir configuração igual ou superior ao(s) equipamento(s) substituído(s), devendo ser compatível com os requisitos presentes nas Especificações Técnicas que compõe a documentação da contratação.
- 6.8 A CONTRATADA deverá possuir Assistência Técnica ou Autorizada Parceira nas cidades dos locais de entrega dos monitores (ANEXO I – B – LOCAIS DE ENTREGA) para fins de prestação de serviços técnicos (garantia balcão) para os monitores entregues nas Centralizadoras Regionais de Atendimento aos Usuários de TI - CIAUS.
- 6.9 Caso a CONTRATADA não cumpra a exigência presente no item 6.8 deste ANEXO – FORMA DE EXECUÇÃO, a CAIXA encaminhará o monitor defeituoso para manutenção através de serviços de transporte, a ser indicado pela CONTRATADA, sem qualquer custo adicional para a CAIXA.
- 6.9.1 Competirá à CONTRATADA indicar qual o serviço de transporte a ser utilizado pela CAIXA.
- 6.10 Eventual(is) dano(s) ocorrido(s) durante o transporte e entrega do(s) monitor(es) será(ão) de responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.11 Problemas de qualquer natureza relativos à logística de transporte não poderão ser alegados pela CONTRATADA como motivo de força maior pela não realização da entrega dos equipamentos, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 6.12 Havendo descontinuidade do modelo na linha de produção, a CONTRATADA deverá apresentar outro modelo com especificação técnica igual ou superior ao objeto contratado, sem ônus para a CAIXA, para aprovação e homologação prévia.
- 6.12.1 A entrega de outro modelo de equipamento para homologação respeitará o prazo mínimo de 01 (um) ano, caso o a partir da assinatura do contrato.
- 6.12.2 Na situação de descontinuidade do modelo na linha de produção, a CONTRATADA deverá garantir o fornecimento de peças/componentes para o parque de equipamentos instalados até que novo modelo de equipamento seja homologado pela CAIXA.

## **7 UNIDADE DA CAIXA RESPONSÁVEL PELO APOIO AO SUPORTE TECNOLÓGICO**

- 7.1 As Centralizadoras Regionais de Serviços aos Usuários de TI, relacionadas no ANEXO I – C – LOCAIS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA, serão as unidades responsáveis pela gestão operacional das tratativas relacionadas ao suporte e assistência técnica do monitor junto à CONTRATADA.
- 7.2 Quaisquer dúvidas ou solicitações por parte da CONTRATADA deverão ser reportadas às respectivas Centralizadoras Regionais de Serviços aos Usuários de TI relacionadas nos ANEXOS I – B – LOCAIS DE ENTREGA e anexo I – C LOCAIS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA.

## **8 REGRAS DE ATENDIMENTO**

- 8.1 As Centralizadoras Regionais de Serviços aos Usuários de TI - CIAUS, quando do atendimento a uma requisição aberta, iniciará as tratativas de atendimento técnico junto à CONTRATADA através do correio eletrônico (e-mail).
- 8.2 A CONTRATADA deverá encaminhar à CAIXA mensagem com aceite de recebimento da mensagem eletrônica (e-mail), validando com um número de registro e/ou protocolo o recebimento da requisição para tratativas que envolverão os termos em que a garantia contratual será executada pela CONTRATADA.
- 8.3 No caso de execução de garantia balcão prevista no item 6.8, a data da entrega do monitor defeituoso pela CAIXA na Assistência Técnica ou Autorizada Parceira da CONTRATADA será utilizada como data de início da contagem do prazo de solução.
- 8.4 No caso de execução da garantia prevista no item 6.9, que consiste no envio do monitor defeituoso para manutenção através de serviços de transporte, sem custo adicional para a CAIXA, a data de recebimento do item pela CONTRATADA, registrada oficialmente no site da transportadora, será utilizada como data de início da contagem do prazo de solução.
- 8.5 A data fim da contagem do prazo de solução ocorrerá:
- 8.5.1 No caso do item 6.8, quando a CONTRATADA comunicar por e-mail que o monitor se encontra em funcionamento.
- 8.5.1.1 Caso a CAIXA identifique que o monitor permanece defeituoso, a contagem do prazo de solução será restabelecida desde o início do seu cômputo, excluído o período que compreende a data do envio do e-mail pela CONTRATADA e a data de manifestação da CAIXA.
- 8.5.2 No caso do item 6.9, quando a Centralizadora Regional de Serviços de Usuários de TI da CAIXA receber o monitor em funcionamento.



- 8.5.2.1 Caso a CAIXA identifique que o monitor permanece defeituoso, a contagem do prazo de solução será restabelecida desde o início do seu cômputo, excluído o período que compreende a data de entrega pela CONTRATADA e a data de manifestação da CAIXA.
- 8.5.3 No caso do item 6.9, na data de envio do monitor mantido pela CONTRATADA, registrada oficialmente no site da transportadora.
- 8.5.3.1 Caso a CAIXA identifique que o monitor permanece defeituoso, a contagem do prazo de solução será restabelecida desde o início do seu cômputo, excluído o período que compreende a data do transporte e a data de manifestação da CAIXA.
- 8.6 A CONTRATADA tem o dever de manter a CAIXA atualizada dos prazos e termos da execução da garantia contratual, obrigação esta que se estende quando os serviços técnicos forem realizados pela Autorizada Parceira da CONTRATADA.
- 8.7 A CONTRATADA deverá informar, em até 05 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, pelo menos 2 (duas) caixas postais eletrônicas (e-mails) para acionamento e recebimento de mensagem eletrônica, pelo menos 2 (dois) números de telefone exclusivos para a gestão operacional deste contrato junto à CAIXA, além de informar os nomes dos responsáveis contratuais.
- 8.7.1 Deverá ainda a CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, fornecer os dados da(s) Assistência(s) Técnica(s) ou da(s) Autorizada(s) Parceira(s) responsável(eis) pela execução da garantia contratual vinculada a este contrato.

## **9 NOTIFICAÇÃO OPERACIONAL**

- 9.1 A CAIXA notificará formalmente a CONTRATADA quando identificada qualquer irregularidade durante a execução contratual.
- 9.2 A notificação será formalizada por comunicação escrita, por meio físico ou eletrônico, com vistas a oportunizar o direito de defesa da CONTRATADA, quando da ocorrência de descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, descumprimento de prazos e o não atendimento de solicitações das Centralizadoras Regionais de Serviços de Usuários de TI, com o objetivo de exigir o fiel cumprimento das obrigações contratuais, bem como advertir sobre a possibilidade de abertura de processo administrativo de penalidade.
- 9.3 A CAIXA exercerá a fiscalização sobre a fiel observância das disposições deste contrato, por intermédio de seus empregados ou por quem vier a indicar, registrando as deficiências verificadas e encaminhando cópia à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato.

- 9.4 As obrigações da CONTRATADA consideradas pela fiscalização do contrato como mal executadas deverão ser imediatamente refeitas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para a CAIXA.
- 9.5 A ausência ou omissão da fiscalização da CAIXA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no contrato.

## **10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

- 10.1 Os acessos dos técnicos da CONTRATADA ao ambiente CAIXA somente será admitido com prévia autorização.
- 10.2 Caberá a CONTRATADA encaminhar à(s) Centralizadora(s) Regional(is) de Serviços de Usuários de TI da CAIXA a relação dos técnicos da empresa, constando Nome, IDT, CPF, até 05 (cinco) dias corridos, a partir da assinatura do contrato.
- 10.3 A CONTRATADA se compromete a não divulgar dados ou informações relacionadas ao objeto do presente contrato, mantendo sigilo absoluto em relação a todos os dados acessados ou que venham a ser gerados, no processo do atendimento de suporte técnico e manutenção corretiva na garantia legal e contratual, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CAIXA a tais documentos.

**ANEXO I – B****LOCAIS DE ENTREGA****UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO**

FILIAL	CGC	CNPJ	Endereço
CIAUS/MN	7458	003603054444 - 10	R RAMOS FERREIRA, 596, 6º ANDAR - CENTRO - MANAUS CEP: 69.010-903
CIAUS/BH	7435	003603054271 - 67	AV CONTORNO, 8256 5 ANDAR - GUTIERREZ - BELO HORIZONTE - CEP: 30.110-062
CIAUS/BR	7436	003603054999 - 07	ST SAUS QUADRA 3 BLC E, 10 ANDAR ALA NORTE - ASA SUL – BRASILIA/DF CEP: 70.070-030
CIAUS/GO	7875	003603054258 - 90	R 0011, 250, 4º ANDAR - ED. SEDE CAIXA - SETOR CENTRAL – GOIANIA CEP: 74.015-170
CIAUS/PO	7876	003603054427 - 19	R SETE DE SETEMBRO, 1001 4 ANDAR - CENTRO HISTORICO - PORTO ALEGRE CEP: 90.010-191
CIAUS/RE	7466	003603054862 - 52	R VINTE E QUATRO DE AGOSTO, 211 - SANTO AMARO - RECIFE - CEP: 50.040-190
CIAUS/RJ	7469	003603055071 - 95	R MARRECAS, 20 TORRE 2 - 4 ANDAR - CENTRO - RIO DE JANEIRO - CEP: 20.031-120
CIAUS/SP	7877	003603054903 - 65	LRG DA CONCORDIA, 211, 1 ANDAR - BRÁS – SÃO PAULO CEP: 03.012-010

**ANEXO I – C**
**LOCAIS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA**
**UNIDADES: CENTRALIZADORAS REGIONAIS DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DE TI - CIAUS**

<b>CENTRALIZADOR A REGIONAL</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>CEP</b>	<b>E-MAIL</b>
CIAUS/Belo Horizonte	Av. Contorno, 8.256, 5º andar – Gutierrez Belo Horizonte/MG	30.110-062	<a href="mailto:CIAUSBH@CAIXA.GOV.BR">CIAUSBH@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/Brasília	SAUS Quadra 3 BLC E – 1º SUBSOLO Edifício MATRIZ II - Asa Sul - Brasília/DF	70.070-030	<a href="mailto:CIAUSBR@CAIXA.GOV.BR">CIAUSBR@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/Brasília	SBS QUADRA 4 LOTES 3 / 4 - 19º ANDAR Edifício MATRIZ I - Asa Sul - Brasília/DF	70.070.140	<a href="mailto:CIAUSBR@CAIXA.GOV.BR">CIAUSBR@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/Goiânia	Rua 11, n. 250, 4. andar - Goiânia/GO	74.015-170	<a href="mailto:CIAUSGO@CAIXA.GOV.BR">CIAUSGO@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/Goiânia – Representação Campo Grande / MS	Av. Mato Grosso, 5500 - Bloco I. Jardim Copacabana Campo Grande/MS	79.031-000	<a href="mailto:CIAUSGO@CAIXA.GOV.BR">CIAUSGO@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/Manaus	Rua Ramos Ferreira, n. 596, 6º andar, Centro, Manaus/AM	69.010-903	<a href="mailto:CIAUSMN@CAIXA.GOV.BR">CIAUSMN@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/Manaus – Representação Belém / PA	Av. Governador José Malcher, 2723 - 2º Andar Belém/PA	66.090-100	<a href="mailto:CIAUSMN@CAIXA.GOV.BR">CIAUSMN@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/Porto Alegre	Rua SETE DE SETEMBRO, 1001 4º Andar Centro Histórico – Porto Alegre	90.010-191	<a href="mailto:CIAUSPO@CAIXA.GOV.BR">CIAUSPO@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/Porto Alegre – Representação Curitiba / PR	Rua José Loureiro, 195 - 1º andar Centro Curitiba/PR	80.010-000	<a href="mailto:CIAUSPO@CAIXA.GOV.BR">CIAUSPO@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/Recife	RUA VINTE E QUATRO DE AGOSTO, 211, Santo Amaro Recife	50.040-190	<a href="mailto:CIAUSRE@CAIXA.GOV.BR">CIAUSRE@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/Recife – Representação Fortaleza / CE	Rua Sena Madureira, 800 - 5º andar - Fortaleza/CE	60.055-080	<a href="mailto:CIAUSRE@CAIXA.GOV.BR">CIAUSRE@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/Recife – Representação Salvador / BA	Av. Santos Dumont, 6061 - Portão - Lauro de Freitas/BA	42.712-740	<a href="mailto:CIAUSRE@CAIXA.GOV.BR">CIAUSRE@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/Rio de Janeiro	Rua das Marrecas, 20 – Torre 2 – 4º andar – Centro Rio de Janeiro/RJ	20.031-120	<a href="mailto:CIAUSRJ@CAIXA.GOV.BR">CIAUSRJ@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/Rio de Janeiro – Representação Vitória / ES	Rua Pietrangelo de Biase, NUM 33 – Edifício Castelo Branco – SOBRELLOJA – CENTRO - VITORIA ES	29.010-190	<a href="mailto:CIAUSRJ@CAIXA.GOV.BR">CIAUSRJ@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/São Paulo	Largo da Concordia 211 - 1º andar - Brás - São Paulo/SP	03.012-010	<a href="mailto:CIAUSSP@CAIXA.GOV.BR">CIAUSSP@CAIXA.GOV.BR</a>
CIAUS/São Paulo – Representação - Bauru / SP	R. Luiz Fernando Rocha Coelho, 3-50 - 1º andar Jardim Contorno – Bauru / SP	17.047-280	<a href="mailto:CIAUSSP@CAIXA.GOV.BR">CIAUSSP@CAIXA.GOV.BR</a>

**ANEXO I – D****Grau de Criticidade Segurança da Informação****1 CLÁUSULAS GERAIS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

- 1.1 Considerando o grau de criticidade inerente à Segurança da Informação das atividades a serem desempenhadas pela CONTRATADA, classificamos o grau de criticidade como BAIXO, por se tratar o objeto da contratação o fornecimento de monitor de TI, sem acesso a informações corporativas e com acesso esporádico ao ambiente físico da Caixa.
- 1.1 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>), dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.
- 1.2 A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 1.3 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 1.4 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 1.5 A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 1.6 A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 1.7 A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 1.8 A CONTRATADA fica ciente que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser

comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.

- 1.9 A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta da utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 1.10 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento da informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.

**ANEXO I – E****HOMOLOGAÇÃO DE AMOSTRA****1. REGRAS PARA HOMOLOGAÇÃO DA AMOSTRA**

- 1.1. Em até 10 dias úteis após o recebimento das amostras nos locais indicados neste certame, será iniciada a etapa de homologação de amostra do equipamento, que tem como objetivo atestar o atendimento aos requisitos técnicos e de qualidade requeridos para o equipamento.
- 1.2. Esta etapa tem duração prevista de até 10 dias úteis, podendo ser prorrogável à critério exclusivo da CAIXA.
- 1.3. O horário e o modelo (presencial ou remoto) serão definidos pela CAIXA.
- 1.4. Caberá à licitante alocar as ferramentas e os recursos necessários para demonstração remota da Solução, não cabendo custos adicionais para a CAIXA.
- 1.5. A licitante deve entregar juntamente com os periféricos, todas as mídias e/ou link para download da documentação técnica.
- 1.6. No 1º dia da homologação, a licitante deve comprovar e demonstrar à CAIXA os resultados previamente apresentados pela licitante na etapa de qualificação técnica do certame e o atendimento dos requisitos de desempenho constantes no Termo de Referência.
- 1.7. A licitante deve demonstrar o funcionamento do monitor com objetivo de comprovar à CAIXA o atendimento de todos os requisitos técnicos (Anexo I – Termo de Referência).
- 1.8. A licitante deve estar preparada, a partir da 1ª hora da etapa de homologação, para demonstrar à CAIXA o atendimento às funcionalidades citadas.
- 1.9. A licitante terá até 3 tentativas para demonstrar os requisitos técnicos, em casos que houver falha na evidência a ser detalhada.
- 1.10. A licitante deve documentar de forma detalhada, em relatório, todo o processo de Avaliação da Amostra, evidenciando o cumprimento de todas as exigências estipuladas.
- 1.11. A CAIXA avaliará o resultado dos testes e analisará o relatório da licitante com os resultados obtidos e emitirá relatório técnico conclusivo, aprovando ou reprovando a amostra.
- 1.12. A não comprovação de atendimento às funcionalidades citadas neste documento resultará na não homologação da amostra.
- 1.13. Após concluída a etapa de homologação, o resultado será divulgado no Portal de Licitações da CAIXA.



**2. ROTEIRO PARA HOMOLOGAÇÃO DA AMOSTRA**

- 2.1. Apresentação do monitor e seus componentes (cabos, adaptadores, drivers, etc...).
- 2.2. Demonstração das conexões fornecidas.
- 2.3. Validação dos itens da especificação técnica, conforme ANEXO I – Termo de Referência, transcritas no ANEXO I-F Caderno de Homologação.
- 2.4. A licitante deve observar que a comprovação da especificação deve ser realizada via documentação técnica quando no Caderno descrito DOC ou a comprovação será realizada com testes em laboratório, quando descrito LAB.

## ANEXO I – F

## CADERNO DE HOMOLOGAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	FORMA	EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÃO
2.	<b>ESPECIFICAÇÕES GERAIS</b>			
2.1	Todos os equipamentos e componentes internos do produto devem ser novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estarão fora de linha de fabricação, pelo menos, nos próximos 180 dias a partir da assinatura do contrato.	DOC		
2.2	Deverá ser apresentado a marca e o modelo do produto, bem como a disponibilização de manuais de uso e de características técnicas, de forma a comprovar de forma inequívoca que o equipamento cumpre todos os requisitos desta especificação técnica.	DOC		
2.3	As especificações técnicas devem ser comprovadas por meio de publicações técnicas específicas, manuais ou prospectos do fabricante.	DOC		
2.4	Essas são especificações mínimas, de forma que poderá ser ofertado equipamento com configurações superiores.	DOC		
2.5	Possuir todos os drivers e demais acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento;	DOC		
2.6	Ser da cor preta ou cinza.	LAB		
	<b>REQUISITOS TÉCNICOS</b>			
3.	<b>TELA</b>			
3.1	Possuir Tela em LED com razão de aspecto 16:9,	DOC		
3.2	Possuir, no mínimo, 31,5 polegadas e no máximo 34 polegadas de diagonal visível;	DOC		
3.3	Tempo de resposta máximo de 5,0ms Gtg (Gray to gray);	DOC		
3.4	Brilho com, no mínimo, 220cd/m²;	DOC		
3.5	Contraste de, no mínimo, 500:1;	DOC		
3.6	Resolução Full HD de 1920 x 1080 pixels e intermediárias;	DOC		
3.7	Possuir ângulos de visão de, no mínimo, 178º na horizontal e 178º na vertical;	DOC		

3.8	Possuir tratamento de tela antirreflexivo;	DOC		
	<b>BOTOES E CONEXÕES</b>			
4.1	Possuir botão liga/desliga;	LAB		
4.2	Permitir que o ajuste para brilho e contraste seja por meio de botão de autoajuste e/ou manualmente;	DOC		
4.3	A fonte de alimentação deve ser bivolt e suportar tensões de entrada nas faixas de 100V a 240V, com chaveamento automático;	LAB		
4.4	Deverá ser fornecido o cabo de energia com padrão de tomada brasileiro (tipo "N" de 3 pinos), conforme NBR14136.	LAB		
4.5	Possuir conexão HDMI e Displayport;	DOC + LAB		
4.6	Deverá ser fornecido o cabo HDMI;	LAB		
4.7	Deverá ser fornecido o cabo Displayport;	LAB		
4.8	Deverá ser fornecido os cabos ou adaptadores para cada uma das conexões a mais disponíveis no monitor (exemplo: se monitor tem saída USB-C, além das saídas obrigatórias HDMI e Displayport, deve-se fornecer cabo de conexão desde modelo, ou adaptador).	LAB		
	<b>FURAÇÕES</b>			
5.1	Permitir a retirada do pedestal (base) para uso do monitor no braço do mobiliário CAIXA;	DOC + LAB		
5.2	Deverá possuir furação VESA 100mm x100mm;	DOC		
5.3	Possuir orifício para fixação de cadeado do tipo Kensington;	DOC + LAB		
5.4	Deverá ser fornecido o cadeado do tipo Kensington ou semelhante com cabo de, no mínimo, 1,8 metros para afixar o monitor à mesa.	DOC + LAB		
	<b>CERTIFICAÇÕES</b>			
6.1	Interferência e Compatibilidade Eletromagnética: FCC Classe B e CE ou IEC 61000 ou EN 61000 ou CISPR22;	DOC		
6.2	Eficiência Energética: Energy Star 6.0 ou superior ou Equivalente na Portaria 170/2012 do INMETRO;	DOC		
6.3	Sustentabilidade Ambiental: RoHS ou EPEAT Silver ou superior ou Rótulo Ecológico ABNT.	DOC		

**[ESTE ANEXO SERÁ PREENCHIDO NO CASO DE A GARANTIA DO FABRICANTE SER INFERIOR A 12 MESES]**

## **ANEXO I – G**

### **TERMO APARTADO DE GARANTIA**

Pelo presente instrumento, tendo de um lado a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional de Contratações em Brasília – CECOT/BR, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada SBS Quadra 01, Lote 2, Bloco L, Edifício Filial, 7º Andar, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70.070-110, neste ato representada pelo ....., daqui por diante designada **CAIXA**, ou CONTRATANTE, e, de outro, a empresa ....., com sede na cidade de ....., no Estado de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada por ....., portador da cédula de identidade RG nº ....., e inscrito no CPF sob o nº ....., doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, é celebrado o presente TERMO DE GARANTIA, decorrente da Licitação Caixa nº 325/2024. Este TERMO DE GARANTIA está vinculado ao respectivo Edital, seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA no referido certame, estando as partes contratantes sujeitas às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 (Lei das Estatais), Lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor), Regulamento de Licitações e Contratos Caixa (RLCC), e respectivas alterações, bem como às cláusulas a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Fornecimento de 200 monitores de 31,5 polegadas e tamanho máximo de 34 polegadas com garantia de 12 meses, destinadas aos empregados PcD da CAIXA lotados em unidade localizadas em âmbito nacional, com garantia mínima de 12 meses, caso a garantia do fabricante do monitor a ser fornecido seja inferior a 12 meses.

Parágrafo Único – As especificações do objeto, a forma de execução da Ata de Registro de Preços consta dos Anexos I – Termo de Referência - Especificações Técnicas, I-A – Forma de Execução do Contrato, I-B – Locais de Entrega, I-C – Locais de Execução da Garantia, I-D – Grau de Criticidade Segurança da Informação, I-E – Homologação da Amostra, I-F – Caderno de Homologação, que passam a integrar e complementar o presente TERMO DE GARANTIA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, além de outras constantes deste TERMO DE GARANTIA e seus anexos:

I – Fornecer somente produtos novos, não sendo admitido, em hipótese alguma, a entrega de produtos reutilizados ou reconicionados, nem fora de linha de fabricação, obedecendo

rigorosamente às especificações indicadas na Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2024 e em seus anexos;

II – Obedecer rigorosamente ao prazo, as quantidades e locais de entrega dispostos na Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2024 e em seus anexos, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição estabelecida, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte. A responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;

III – Entregar e instalar os equipamentos nos endereços/localidades/prazos indicados a serem indicados em cada contrato derivado da Ata de Registro de Preços;

IV – Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do(s) equipamento(s) até o(s) local(is) de entrega;

V – Prestar garantia de 12 (doze) meses, realizando toda correção necessária nos equipamentos fornecidos nas condições dispostas no edital da Licitação Caixa nº 325/2024 e seus anexos;

VI – Cumprir, com o máximo rigor, todas as disposições constantes deste TERMO DE GARANTIA, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição aqui estabelecida;

VII – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CAIXA e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações;

VIII – Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução deste TERMO DE GARANTIA;

IX – Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante ao fornecimento do(s) equipamento(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2024;

X – Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação de serviços objeto deste TERMO DE GARANTIA, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

XI – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços objeto deste TERMO DE GARANTIA.

XII – Substituir, em qualquer tempo, e sem qualquer ônus para a CAIXA, toda ou parte da remessa do material devolvido pela CAIXA, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, na amostra do PRODUTO entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis e previstas neste contrato e em seus anexos em conformidade com a Lei;

XIII – Providenciar, nos prazos determinados no Anexo I-A – Forma de Execução e Serviços Agregados, por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a correção ou substituição, a critério da CAIXA, dos serviços que apresentem defeito durante o período de garantia;

XIV – Manter, durante o prazo do TERMO DE GARANTIA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;

XV – Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao serviço objeto deste TERMO DE GARANTIA, com a qualidade e rigor exigidos;

XVI – Prestar manutenção e suporte sobre os equipamentos a serem fornecidos de acordo com a Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2024, durante o prazo de garantia, sem custo adicional aos previstos naquele instrumento;

XVII – Assegurar a oferta de bens de reposição e substituição durante o prazo de garantia do contrato.

XVIII – Cumprir todos os quesitos formulados em sua proposta técnica, que será parte integrante da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2024;

XIX – Informar à CAIXA quando solicitado: marca, modelo e relação dos fabricantes/fornecedores de todos os produtos objeto deste Contrato, respeitando sempre as especificações previstas no edital da Licitação Caixa nº 325/2024;

XX – Recrutar os técnicos, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora;

XXI – Disseminar, periodicamente, ao seu corpo funcional (inclusive técnicos) as orientações fornecidas pela CAIXA sobre os procedimentos e padrões CAIXA, que serão realizadas sempre que necessário;

XXII – Fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação de serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CAIXA;

XXIII – Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto do Contrato;

XXIV – Pagar todos os impostos e taxas devidas sobre os serviços objeto deste contrato, bem como as contribuições à previdência social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e acidentes de trabalho, emolumentos, quaisquer insumos e outras despesas diretas e indiretas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados;

XXV – Tomar todas as providências e realizar as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;

XXVI – Diligenciar para que os seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados;

XXVII – Não permitir que seus empregados executem serviços além dos previstos no objeto deste TERMO DE GARANTIA;

XXVIII – Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com a Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2024, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarados pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a CAIXA;

XXIX – Indenizar todos os custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA por força de sentença judicial que reconheça a existência de vínculo empregatício entre a CAIXA e os empregados da CONTRATADA;

XXX – Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA;

XXXI – Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato e da garantia, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;

XXXII – Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

XXXIII – Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão e de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, partido político, classe social, nacionalidade;

XXXIV – Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CAIXA, inclusive de acesso às suas dependências.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA deverá, durante o período de garantia, manter estrutura adequada para prestar os serviços de manutenção, assistência técnica e suporte técnico necessários ao pronto atendimento às solicitações da CAIXA.



**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos, perdas ou avarias a que der causa, por si e/ou por seus empregados, em instalações e/ou pertences da CONTRATANTE ou de terceiros, seja por imprudência, negligência ou imperícia, respondendo pelo ressarcimento dos prejuízos apurados.

**Parágrafo Terceiro** – Todos os procedimentos descritos nesta cláusula deverão ser prestados pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a CAIXA, durante todo o período de garantia.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA**

A CAIXA obriga-se a:

- I) Notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificadas na execução dos serviços objeto deste TERMO DE GARANTIA, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus técnicos, quando do atendimento a CAIXA, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente para a CAIXA;
- II) Permitir ao pessoal da CONTRATADA o acesso ao local de prestação dos serviços, desde que observadas as normas de segurança.
- III) Notificar a CONTRATADA sobre qualquer modificação nos locais de fornecimento/prestação dos serviços, em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, para promoção das mudanças necessárias;

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente TERMO DE GARANTIA é de **12 (doze) meses**, contados da data de instalação efetiva do(s) equipamento(s), atestado(s) pelo(s) termo(s) de aceite de instalação emitido pela CAIXA, conforme disposições do item 2 do Anexo I – A – Forma de Execução do Contrato.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se obriga a prestar a garantia dos serviços, na forma estabelecida no Edital da Licitação Caixa nº 325/2024 e seus anexos, que fazem parte integrante deste ajuste.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de vigência deste Termo de Garantia não guarda necessariamente consonância com o prazo estipulado para a execução do objeto descrito e especificado no Edital da Licitação Caixa nº 325/2024.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções previstas na Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2024, na Lei nº. 13.303/2016 e, no que couber, no Código de Defesa do Consumidor.

**Parágrafo Único** – As penalidades previstas neste TERMO DE GARANTIA, após a instrução do pertinente processo, no qual fica assegurada ampla defesa da

CONTRATADA, serão lançadas no SICAF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS ILÍCITOS PENAIIS**

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

**Testemunhas**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO II****MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

LICITAÇÃO CAIXA Nº 325/2024

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL:

**OBJETO:** Registro de Preços para fornecimento de monitor, para uso de empregados da CAIXA com deficiência física (PcD) lotados em unidade localizadas em âmbito nacional, incluindo a entrega na CAIXA e garantia de 12 meses ou do fabricante, a que for maior, de acordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos.

**PROPOSTA DE PREÇO:**

OBJETO (A)	QTDE (B)	PREÇO UNITÁRIO R\$ (C)	PREÇO GLOBAL R\$ (D) (R\$) D = (B) * (C)
Monitor de tamanho mínimo de 31,5" e máximo de 34"	200		

**Fabricante:** .....**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$.....(valor por extenso)**

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** ( ) dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 60 dias, conforme Edital).

**PRAZO DE GARANTIA E SUPORTE DO EQUIPAMENTO:** mínima de 12 (doze) meses ou do fabricante, a que for maior.

**PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:** Conforme definido no Anexo I – A -Forma de Execução do Contrato.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:** incluir informações, abrangendo, no mínimo: marca, modelo, fabricante, módulos, licenciamentos e, se houver indicação de endereço do sítio de internet onde a CAIXA poderá, caso considerar necessário, buscar mais informações acerca dos equipamentos, ou manual/folder do fabricante e respectivos itens, onde poderão ser obtidas/capturadas informações técnicas dos produtos ofertados, que, de

forma inequívoca, identifiquem as configurações cotadas, em aderência com o Anexo I – Termo de Referência - Especificações Técnicas e demais documentações deste edital.

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

1. Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
2. Não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.4 e subitens deste edital.
3. Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.
4. O(s) equipamento(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não reconicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);
5. Declara que não houve, para a apresentação desta proposta, ocorrência de Registro de Oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Resolução CGPAR nº 29, de 05 de abril de 2022.

Local e data

---

Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/RG/CPF

## **INSTRUÇÕES:**

1. A PROPOSTA DE PREÇO corresponde ao **VALOR GLOBAL**, o qual deve ser digitado, obrigatoriamente, após a anexação desta **Proposta Comercial**, e que representa o valor que será considerado para o julgamento da proposta.

2. A PROPOSTA COMERCIAL deve ser preenchida conforme modelo acima, em arquivo único, sem caracteres tais como figuras, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods e anexada no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>;

2.1 O licitante deverá acessar <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na opção “ÁREA LOGADA” →

clicar em “**ENTRAR**” → realizar login → marcar a modalidade “**LICITAÇÃO CAIXA**” → escolher a opção “**ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO**”, localizado no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” e, no item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “**ANEXAR PROPOSTA**” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.

3. Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo(s) que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se, sumariamente, a fração remanescente.

**ANEXO III**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº**

**PROCESSO n.º 5688.01.1680.0/2024**  
**LICITAÇÃO CAIXA Nº 325/2024**

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT em Brasília, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) \_\_\_\_\_ *[indicar e qualificar o representante da CAIXA, informando também os dados da procuração que concede poderes de representação]*, daqui por diante designada **CAIXA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de LICITAÇÃO CAIXA nº 325/2024, do processo administrativo nº. 5688.01.1680.0/2024, em face da autorização do(a) \_\_\_\_\_ *(indicar o nome e cargo do autor da autorização)* da **CAIXA** ou nos casos de autorização colegiada informar o ato/nº da Resolução e/ou Ata, p. ex., em face da autorização do Conselho Diretor da CAIXA, conforme Ata nº \_\_\_\_\_), de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, **RESOLVE** registrar o preço da empresa \_\_\_\_\_ *(indicar o endereço completo, inclusive CEP, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (indicar o endereço completo, inclusive CEP))*, neste ato representada(o) por \_\_\_\_\_ *(indicar e qualificar o representante do fornecedor)*, doravante designada **FORNECEDOR**, nas quantidades estimadas anuais, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelos Decretos nº 8.538 de 06/10/2015 e nº 11.462 de 31/03/2023, e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral e aos preceitos de Direito Privado, bem como as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o registro de preços, para o fornecimento de 200 monitores de tamanho mínimo de 31,5 polegadas e tamanho máximo de 34 polegadas com garantia de 12 meses ou garantia do fabricante, a que for maior, destinadas aos empregados PcD da CAIXA lotados em unidade localizadas em âmbito nacional.

**Parágrafo Único** – Este instrumento não obriga a CAIXA a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada à detentora do registro, primeira colocada, a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O prazo de vigência da presente Ata será de 01 (um) ano, a contar de dd/mm/aaaa, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.

**Parágrafo Primeiro** – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.

**Parágrafo Segundo** – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA**

A gestão deste instrumento caberá à GEAUS/CEAUS no seu aspecto operacional e à CEFOR, nas questões legais.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS**

Os preços unitários registrados e os quantitativos estimados estão elencados na presente ata, conforme segue:

DESCRIÇÃO(A)	QTDE (B)	PREÇO UNITÁRIO R\$ (C)	PREÇO TOTAL R\$ (D); D = (B) * (C)
Monitor de tamanho mínimo de 31,5" e máximo de 34"	200		

**FORNECEDOR**

**1º CLASSIFICADO:** CNPJ

**Parágrafo único** - O(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro reserva está(ão) relacionado(s) no Anexo I desta Ata. **[excluir este parágrafo se não houver cadastro reserva]**

**CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO**

Os materiais deverão ser entregues em conformidade com a solicitação da CAIXA, no prazo indicado no item 4.1 do ANEXO I - A (Forma de Execução do Contrato), contados da data de assinatura do(s) Contrato(s) pela última parte, na(s) Unidade(s) nele(s) indicada(s).

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

As empresas detentoras do preço registrado poderão ser convidadas a firmar contratações para o fornecimento na ordem de sua classificação, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.



**Parágrafo Primeiro** – As contratações de que trata este instrumento serão efetuadas por meio de Contratos emitidos pela CAIXA, contendo as informações pertinentes, tais como o nº. da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, os prazos e endereços para entrega/execução.

**Parágrafo Segundo** – O Contrato será encaminhado ao fornecedor que deverá assiná-lo e devolvê-lo à CAIXA no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do seu recebimento.

**Parágrafo Terceiro** – Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o Contrato, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis, a CAIXA poderá convocar os demais fornecedores registrados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

**Parágrafo Quarto** – A CAIXA fará o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação do fornecimento.

**Parágrafo Quinto** – Durante a vigência da Ata a CAIXA se reserva o direito de fazer avaliações do material fornecido, de modo a comprovar o atendimento às especificações técnicas estabelecidas no Edital e atribuídas pelo FORNECEDOR.

**Parágrafo Sexto** – Caso seja detectado que o produto entregue não atende às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a CAIXA rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se o FORNECEDOR a providenciar a substituição do produto não aceitos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação pela CAIXA, bem como a retirada do material rejeitado.

**Parágrafo Sétimo** – O aceite/aprovação dos bens pela CAIXA, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pelo FORNECEDOR registrado verificados posteriormente, garantindo-se à CAIXA as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

- I Obedecer rigorosamente ao(s) prazo(s) e o(s) local(is) de entrega, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento, bem como as demais disposições previstas nos contratos, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- II Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados no decorrer da vigência da Ata e dos respectivos contratos a serem firmados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;

- III Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, quando da assinatura dos contratos;
- IV Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA no tocante ao objeto contratado, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;
- V Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento previsto neste instrumento, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;
- VI Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir a qualquer tempo e sem ônus para a CAIXA, no prazo de 15 (quinze) dias corridos toda ou parte da remessa do fornecimento nos casos em que o objeto estiver em desacordo com as especificações deste contrato e anexos ou apresentar defeitos, vícios, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sujeitando-se as penalidades cabíveis;
- VII Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CAIXA, inclusive de acesso as suas dependências;
- VIII Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste Ata e seus respectivos contratos;
- IX Manter, durante a vigência da Ata e dos respectivos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;
- X Manter perante a CAIXA, durante a vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;
- XI Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- XII Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, deficiência, orientação sexual, partido político, classe social,

nacionalidade;

- XIII Observar estritamente a vedação ao nepotismo, sob as penas da lei, declarando neste ato que:
- a) Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
  - b) Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
  - c) Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
  - d) Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
  - e) Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
  - f) Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
  - g) Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
  - h) Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
  - i) Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
    - Dirigente da CAIXA;
    - Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
    - Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
  - j) Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.
- XIV Manter, durante todo o período de vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência

ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;

- XV Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual;
- XVI Aceitar alterações das condições de fornecimento inicialmente pactuados nos contratos decorrentes da presente Ata, no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato.
- XVII Indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização, quando não atendidas as disposições desta Ata e dos respectivos contratos, sendo que a responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;
- XIII Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes de sua omissão;
- XIX Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução do contrato, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- XX Assumir defeitos do bem produzido com matéria-prima que o torne impróprio ao uso e sem observância dos requisitos técnicos indispensáveis à boa qualidade e utilização de acordo com a legislação específica;
- XXI Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.
- XXII Comprometer-se a não suspender o fornecimento no caso de devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA;
- XXIII Manter atualizados, durante a vigência da Ata e dos respectivos contratos dela decorrentes o cadastro e a habilitação em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- XXIV Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição na execução do objeto, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a CAIXA das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;

- XXV Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;
- XXVI Manter, pelo prazo da garantia, estoque de peças, componentes e sobressalentes para reposição, sempre que necessário;
- XXVII Entregar, comprovadamente, produto novo e de 1ª qualidade, não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado ou recondicionado;
- XXIII Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do material até o local de entrega/instalação;
- XXIX Informar nas embalagens de transporte dos bens, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: nome e número da peça, quantidade contida em cada embalagem, se for o caso, número da Ata de Registro de Preços, nº. e data do Contrato e o nome da fornecedora/fabricante;
- XXX Prestar garantia total pelo prazo constante da proposta;
- XXXI Providenciar, nos prazos definidos no Termo de Referência – Anexo I – A – FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição de peças, componentes e acessórios que apresentem defeito durante o período de garantia;
- XXXII Dar sempre como conferidos e perfeitos os serviços prestados, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CAIXA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;
- XXXIII Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CAIXA, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá em padrão indicado pela CAIXA;
- XXXIV Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA ([https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina\\_inicial.aspx](https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx));
- XXXV Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua

- estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.
- XXXVI Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, dispostas na Cláusula Vigésima Terceira.
- XXXII Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da CAIXA, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba "Downloads", no link "A CAIXA – Governança Corporativa"), zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

São responsabilidades do FORNECEDOR, além daquelas previstas neste instrumento e seus anexos:

- I Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do Contrato pela contratada, as quais serão reembolsadas à CAIXA.
- IV Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA**

A CAIXA obriga-se a:

- I Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da contratada nas dependências da CAIXA;
- II Notificar formalmente o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento a ser contratado, oportunizada a defesa prévia;



- III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata e nos contratos dela decorrentes.
- IV Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
- V Indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução dos Contratos.
- VI Exercer a fiscalização e acompanhamento dos Contratos por meio do representante especialmente designado.

**Parágrafo Único** – No caso de supressão de bens nos contratos decorrentes da Ata, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:

- I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.
- II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.
- III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):
  - a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
  - b) Cumprimento das obrigações trabalhistas e Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança Ocupacional.
  - c) Promoção de práticas de diversidade e inclusão;
  - d) Eficiência no consumo de energia e de recursos naturais;



- e) Utilização de fontes renováveis de energia;
  - f) Gestão adequada de resíduos;
- IV Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.
- a) A CAIXA realizará convite formal para que a CONTRATADA se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.
- V Responder a pesquisa implementada pelo CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela CAIXA.
- a) A CAIXA viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com a CONTRATADA para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.
- VI Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.
- VII Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- VIII Autorizar a CAIXA a realizar visitas de vistoria às instalações da CONTRATADA, quando solicitado pela CAIXA ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade social, ambiental e climática, assumidas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS**

O FORNECEDOR providenciará por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição das peças, componentes e acessórios que apresentem qualquer defeito de fabricação durante o período de 1 (um) ano, a contar da data do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

A CAIXA, após recebimento do documento fiscal e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à contratada, no 10º (décimo) dia útil a contar da data da entrega do objeto aceito pela CAIXA, mediante crédito em conta corrente mantida pela contratada, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

**Parágrafo Primeiro** – O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à contratada a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- a) a identificação completa da CAIXA, com o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do Contrato;
- b) descrição detalhada de todos os itens que compõem o fornecimento de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, quando for o caso, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) pelo fornecimento.
- c) Endereço para entrega da fatura: **CEAUS - CN ATENDIMENTO USUÁRIOS TI – QUADRA SEPN 512 CJT C LT 9/10 Edifício José Alencar - Térreo, Asa Norte, Brasília/DF – CEP 70760-500.**

**Parágrafo Segundo** – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.

**Parágrafo Terceiro** – A CAIXA fará as retenções dos tributos, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso o FORNECEDOR, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista na legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a contratada esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

**Parágrafo Quarto** – Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, decorrentes do atraso na entrega do documento fiscal pela contratada, serão cobrados diretamente da contratada.

**Parágrafo Quinto** – O FORNECEDOR, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

**Parágrafo Sexto** – A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade do FORNECEDOR.

**Parágrafo Sétimo** – Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetivará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a contratada será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual e/ou cancelamento do registro de preço do fornecedor.

**Parágrafo Oitavo** – Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**Parágrafo Nono** – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido no Contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF}, \text{ onde:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV na data inicial

IDF = IGP-M/FGV na data final

### **CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

No curso da execução dos contratos decorrentes da presente Ata caberá a CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** – A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

**Parágrafo Segundo** – A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência do fornecedor à legislação anticorrupção.

**Parágrafo Terceiro** – A ausência de fiscalização por parte da CAIXA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato

### **CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO RESSARCIMENTO**

O FORNECEDOR autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos contratos decorrentes da presente Ata,

independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

**Parágrafo Primeiro** – O FORNECEDOR concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

**Parágrafo Segundo** – O FORNECEDOR concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

**Parágrafo Terceiro** – O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que ao fornecedor, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF}, \text{ onde:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial)

IDF = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

Correrão por conta exclusiva do Fornecedor:

- I todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto dos Contratos, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
- II as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS**

Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CAIXA convocará os fornecedores para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**Parágrafo Primeiro** – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**Parágrafo Segundo** – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, conforme Cláusula Quarta desta Ata.

**Parágrafo Terceiro** – É admitido o reajuste de preços registrados, para mais ou para menos, limitado à variação obtida pelo ICTI calculado pelo IPEA ou por outro índice que o venha substituir, sujeito à negociação, observados os preços vigentes no mercado para o fornecimento do bem, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano, caso haja prorrogação dessa Ata.

**Parágrafo Quarto** – O reajuste será contado a partir da data de apresentação da última proposta homologada na licitação e os efeitos financeiros, a partir da prorrogação da vigência da Ata.

**Parágrafo Quinto** – A atualização dos preços será realizada para todos os valores da Ata (valor unitário, garantia contratual, dentre outros) e será aplicada sobre os valores registrados.

**Parágrafo Sexto** – Os contratos decorrentes do acionamento desta Ata que já estiverem assinados antes das revisões de preços não serão alcançados por elas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

A CAIXA poderá cancelar os preços registrados, e rescindir os contratos vinculados a esta Ata, de pleno direito, no todo ou em parte, nas seguintes situações:

- I Quando o Fornecedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
- II Quando o Fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa do Contrato decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos artigos 74 e 75 do Regulamento de Licitações e Contratos CAIXA;
- IV Quando o Fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos praticados no mercado;

**Parágrafo Primeiro** – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

**Parágrafo Segundo** – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**Parágrafo Quarto** – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela CAIXA, e neste caso faculta-se a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

**Parágrafo Quinto** – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativas à execução do objeto desta Ata.

**Parágrafo Sexto** – Os casos de cancelamento do registro serão formalmente motivados pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da presente Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I            Multa;
- II           Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**Parágrafo Primeiro** – No caso de não atendimento à convocação da CAIXA para assinatura dos Contratos o Fornecedor sujeitar-se-á à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento sem atendimento, objeto do Contrato não assinado, podendo a CAIXA cancelar o registro do Fornecedor.

**Parágrafo Segundo** - A multa prevista é aplicável, simultaneamente, com o desconto objeto na cláusula décima terceira, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas nesta Ata.

**Parágrafo Terceiro** – Além da multa prevista no parágrafo primeiro, serão aplicadas nas situações, condições e percentuais a seguir:

- a) Pelo descumprimento do prazo de entrega de cada monitor, nos termos do item 4 desta Forma de Execução do Contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á à multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso,



calculado sobre o preço unitário de aquisição do monitor, limitada a multa a 5% (cinco por cento) do Valor Global do Contrato.

b) Pelo descumprimento do prazo de 15 (quinze) dias corridos para substituição do monitor em desacordo com a Especificação Técnica, nos termos do item 5 desta Forma de Execução do Contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á à multa equivalente ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor unitário de aquisição do monitor, limitado ao valor unitário do monitor.

c) Pelo descumprimento do prazo de 15 (quinze) dias corridos para realização da manutenção pela Assistência Técnica ou Autorizada Parceira da CONTRATADA, nos termos do item 6 desta Forma de Execução do Contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á à multa equivalente ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor unitário de aquisição do monitor, limitado ao valor unitário deste.

d) Pelo descumprimento do prazo de 15 (dez) dias corridos para substituição do monitor que apresente defeito de fabricação ou mau funcionamento, nos termos do item 6 desta Forma de Execução do Contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á à multa equivalente ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor unitário de aquisição do monitor, limitado ao valor unitário deste.

e) Pelo descumprimento do envio da relação das caixas postais e telefones da CONTRATADA, nomes dos responsáveis contratuais, além do fornecimento dos dados da(s) Assistência(s) Técnica(s) ou autorizada(s) Parceira(s) da CONTRATADA, a CONTRATADA sujeitar-se-á a multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil de atraso, sobre o preço unitário de aquisição do monitor, limitado ao valor unitário do monitor.

f) Pelo descumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático: multa de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato;

g) Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor: multa de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato.

**Parágrafo Quarto** – As multas citadas acima serão cumulativas e limitadas a 10% (dez por cento) do Valor Global do Contrato.

**Parágrafo Quinto** - O Fornecedor autoriza à CAIXA descontar o valor da multa diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos Contratos decorrentes desta Ata e/ou de quaisquer outros contratos que porventura mantenha com a CAIXA, e, se não for suficiente, será cobrado judicialmente, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.



**Parágrafo Sexto** – A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- e) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) Não manter a proposta;
- i) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender e/ou violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- h) Descumprir a legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático;

**Parágrafo Sétimo** – As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

**Parágrafo Oitavo** – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

**Parágrafo Nono** – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

**Parágrafo Décimo** – A penalidade de suspensão aplicada à CONTRATADA alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A falta de quaisquer materiais ou insumos cujo fornecimento incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS ILÍCITOS PENAIS**

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista na rubrica orçamentária 3103-01.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA**

A rescisão dos contratos decorrentes da Ata ocorrerá:

- I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para a contratada;
- III Por determinação judicial;

**Parágrafo Primeiro** – Constituem motivo para a rescisão unilateral dos contratos:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- c) O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- d) A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- e) Inobservância da vedação ao nepotismo;
- f) Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente;
- g) Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente justificadas.

**Parágrafo Segundo** – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos acima

será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

**Parágrafo Terceiro** - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

**Parágrafo Quarto** – Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à CAIXA, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

**Parágrafo Quinto** - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativamente ao fornecimento contratado.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE**

Durante a vigência esta Ata poderá ser utilizada por qualquer estatal regida pela Lei 13.303/2016, que não tenha participado do certame licitatório, desde que observadas as seguintes condições:

- I           Prévia anuência da CAIXA;
- II           Apresentação de justificativa da estatal que demonstre a vantagem da utilização da Ata;
- III          A totalidade decorrente de adesões está limitada ao quantitativo máximo de cada item previsto no Edital e registrado nesta Ata, independentemente do número de estatais que aderirem;
- IV          Aceitação do Fornecedor beneficiário, observadas as condições estabelecidas nesta Ata e desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes dela, assumidas com a CAIXA;

**Parágrafo Primeiro** – O órgão e entidade que pretender fazer uso da Ata deve consultar a CAIXA, que avaliará o atendimento às condições exigidas nos incisos do caput desta cláusula e, se atendidas todas, autorizará a adesão.

**Parágrafo Segundo** – Após a autorização da CAIXA, as estatais deverão efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência desta Ata.

**Parágrafo Terceiro** - Compete a estatal os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à CAIXA.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes ficam, ainda, subordinadas às seguintes disposições:

- I É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente desta Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;
- II Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações no local de entrega dos produtos, caso em que a CAIXA notificará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;
- III A detentora do preço registrado informará à CAIXA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa;
- IV Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, a CAIXA reserva-se o direito de rescindir a Ata, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social;
- V A CONTRATADA não poderá utilizar o nome da CAIXA, ou sua qualidade de detentora de preço registrado ou de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediato cancelamento desta Ata e do Contrato decorrente, independentemente de aviso ou interpelação judicial, sem prejuízo da responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis;
- VI A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;
- VII No caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato e que o integra, permite à contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.
- VIII É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil - ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.
- IX A assinatura digital é válida para o documento todo, isto é, para o instrumento contratual e seus anexos, desde que tenham sido remetidos em um mesmo documento para serem assinados.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste instrumento, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no no Distrito Federal, na cidade de Brasília.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/data

\_\_\_\_\_  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

**Testemunhas**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**

Registro dos licitantes que aceitaram igualar os preços ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

**FORNECEDOR 1: CNPJ**

**FORNECEDOR 2: CNPJ**

[incluir todos os fornecedores que manifestaram interesse pelo Portal Licitações CAIXA e apresentaram a proposta ajustada]

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****Combate à Corrupção****1 OBJETIVO**

**1.1** Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

**1.2** Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

**1.3** As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

**1.4** Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, consequentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

**2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA****2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:**

**2.1.1** Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

**2.1.2** Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

**2.1.3** Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

**2.1.4** Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamentou a Lei 12.846/2013.



**2.1.5** Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

**2.1.6** Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

**2.1.7** Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

**2.1.8** Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

**2.1.9** Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

**2.1.10** Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

**2.1.11** Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

**2.1.12** Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

**2.1.13** Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

**2.1.14** Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

**2.1.15** Quando solicitado pela CAIXA, responder a pesquisa implementada pelo CDP – *CARBON DISCLOSURE PROJECT*, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

**2.1.16** Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

**2.1.17** De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site [www.jogoresponsavel.com.br](http://www.jogoresponsavel.com.br) e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — *stakeholders* —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

**2.2** As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

### **3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA**

**3.1** A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

**3.1.1** Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

**3.1.2** Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

**3.1.3** Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

**3.1.4** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

**3.1.5** Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

**3.1.6** Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

**3.1.7** Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

**3.1.8** Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

**3.1.9** Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

**3.1.10** Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

**3.1.11** Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

**3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:**

**3.2.1** Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

**3.2.2** Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

**3.2.3** Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

**3.2.4** Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

**3.2.5** Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

**3.2.6** Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

**3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:**

**3.3.1** Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

**3.3.2** Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

**3.3.3** Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

**3.3.4** Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

**3.3.5** Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

**3.3.6** Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente;

**TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO  
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

**[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR]**, inscrita(o) no [CNPJ OU CPF] ....., por meio do seu representante devidamente constituído, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

\_\_\_\_\_  
Local, data.

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR]

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

O FORNECEDOR DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - a) Dirigente da CAIXA;
  - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
  - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

.....  
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(\_\_\_\_\_)

Nome/RG/CPF

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL  
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.  
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável



**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC CAIXA – FORNECEDORES**

Razão Social	CNPJ
--------------	------

Endereço	Telefone
----------	----------

Nome do Representante Legal	CPF
-----------------------------	-----

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO  
MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA– FORNECEDORES**

Razão Social	CNPJ
Endereço	Telefone
Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

[ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA PELA EMPRESA CONTRATADA, AO GESTOR OPERACIONAL DO CONTRATO, APÓS A REALIZAÇÃO DOS TREINAMENTOS]

**DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO DOS EMPREGADOS**

Eu,....., CPF....., representante da empresa ..... , CNPJ ..... , no cargo de ..... , declaro que todos os empregados vinculados a esta organização que prestam serviços na CAIXA, receberam treinamento referente aos conteúdos de Ética, Integridade, Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Governança Corporativa e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual, com base no conteúdo de referência fornecido pela CAIXA por meio de seu sítio, no endereço <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>, [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), ícone “Informações aos Fornecedores CAIXA” e <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”)

É nosso compromisso treinar todos os empregados desta organização que vierem a ser contratados durante a vigência do contrato com a CAIXA, antes de prestarem serviços a ela.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Nome

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

Número do Instrumento Contratual / (Pedido SAP )

CONTRATANTE:

CNPJ:

Endereço:

Representada por: – CPF:

CONTRATADA:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Representada por: - CPF(MF):

1 DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para , conforme especificação contida na Ata de Registro de Preços e no correspondente Termo de Referência/Caderno de Especificações, Anexo I, no quantitativo abaixo:

Seq.	Item	Qtd.	Unid.	Vlr. unitário	Un. Cx.	Vlr. total	Data remessa

1.2 Endereço de entrega: .

2 DOS PRAZOS

2.1 A entrega/execução do objeto deve ocorrer em horário comercial, salvo situações devidamente acordadas com a contratante, nos quantitativos, locais acima e no prazo indicado na Ata de Registro de Preços.

2.2 O presente contrato terá a vigência em conformidade com o definido na cláusula “DOS PRAZOS” da Ata de Registro de Preços, a contar da data de assinatura pela última parte, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº 13.303/2016.

### **3 DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO**

3.1 Pela perfeita execução do objeto e obedecidas as demais condições estipuladas neste contrato e na Ata de Registro de Preços , a CAIXA pagará à Contratada os preços acima indicados, perfazendo o valor global de R\$ ( ), pelo período de vigência da contratação.

3.2 Após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, a CAIXA efetuará o pagamento à Contratada, nos termos e condições definidos na cláusula “DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO” da Ata de Registro de Preços.

### **4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1 Observar as condições contratuais constantes da Ata de Registro de Preços , para o perfeito cumprimento deste instrumento.

4.2 Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes.

### **5 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

5.1 A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se a atender as disposições estabelecidas na cláusula “DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA” da Ata de Registro de Preços.

### **6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas constantes da Ata de Registro de Preços .

### **7 DA GARANTIA CONTRATUAL**

7.1 Não há.

### **8 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista na Ata de Registro de Preços.

**9 DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1 Este contrato está vinculado às cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº , bem como à proposta da Contratada, apresentada no correspondente certame.

**10 DO FORO**

10.1 Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato fica eleito o seguinte Foro da Justiça Federal previsto na Ata de Registro de Preços.

, de de .

\_\_\_\_\_  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**OBS: A CONTRATADA DEVERÁ INDICAR O NÚMERO DESTE CONTRATO NO CORPO DO DOCUMENTO FISCAL.**

**ANEXO VI****DECLARAÇÃO MPE**

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF....., DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação na LICITAÇÃO CAIXA nº / - que:

- se enquadra na condição de \_\_\_\_\_ **(o licitante deve informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual - MEI)**, nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 **[Quando for microempresa ou empresa de pequeno porte]** ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 **[Quando for microempreendedor individual - MEI]**, e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

.....  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/RG/CPF

**OBS: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante.**



**ANEXO VI****TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, por meio do seu representante devidamente constituído, para fins do disposto no Edital da Licitação CAIXA n.º 325/2024.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

-----  
[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE,  
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

**ANEXO VII****DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_\_\_ **[Inserir nome da empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos listados a seguir, apresentados no Portal Licitações CAIXA para efeitos de habilitação para a LICITAÇÃO CAIXA nº. \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, são autênticos e representam cópias fiéis dos correspondentes documentos originais; em caso de dúvida quanto à autenticidade, TENHO CIÊNCIA de que a CECOT poderá exigir a apresentação do documento em cópia autenticada digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Licitador.

**Preencher e selecionar abaixo quais cópias dos documentos serão enviados**

a) Proposta e Planilha (se for o caso);

( ) Proposta Comercial, devidamente assinada; **(manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)**

( ) Planilha Orçamentária, devidamente assinada; **(manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)**

b) Documentação relativa à Habilitação jurídica;

( ) Contrato Social e Alterações ou Consolidação, registrados na Junta Comercial sob nº \_\_\_\_\_, datado de \_\_\_\_\_;

c) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista; **(Caso a empresa possua cadastro no SICAF e este estiver regular não há necessidade de envio das certidões abaixo. Se alguma certidão estiver com prazo vencido enviar e informar (se for o caso))**

( ) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CPEND

( ) CND FGTS

( ) CND Trabalhista

d) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;

( ) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial válida;

( ) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício registrados na forma da Lei

e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica; (identificar cada atestado enviado, quantos forem necessários)

- ( ) Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_  
( ) Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_  
( ) Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_

f) Aceites, termos e demais declarações contidas no edital; (elencar abaixo quais declarações foram assinadas e enviadas pela empresa. Ex. Modelo I, Modelo II, etc)

- ( \_\_\_\_\_ )  
\_\_\_\_\_;  
( \_\_\_\_\_ )  
\_\_\_\_\_;  
( \_\_\_\_\_ )  
\_\_\_\_\_;

DECLARO ainda ter conhecimento dos termos descritos na Lei 13.726/2018:

*“Art. 3º - Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*[...]*

*II – autenticação de cópia de documento, [...]*

*[...]*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”*

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa  
Nome legível:  
RG:  
CPF:

Assinatura do representante legal da empresa\*  
Nome legível:  
RG:  
CPF:

**\* (caso seja necessário mais de 1 representante)**

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

ANEXO VIII

PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS

Descrição	Qtd(A)	Valor Unitário (B)	Valor Total (R\$) C = (A) * (B)
Monitor de Vídeo tamanho mínimo de 31,5 polegadas e tamanho máximo de 34 polegadas	200	R\$ 2.499,00	R\$ 499.800,00
Valor total estimado (R\$)			R\$ 499.800,00